

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 26 DE ABRIL DO ANO 2013

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
IPSS	Instituição Pública de Solidariedade Social
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
TSU	Taxa Social Única

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	103
Membros que pediram substituição	6
Membros convocados	6
Quórum	6
Expediente	6
Moções:	
1 – Em defesa dos Micro, Pequenos e Médios Empresários	9,57
2- Reorganização da área territorial de integração do IEPF	50

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ATA - Leitura, discussão e votação da ata da Quinta Sessão ordinária realizada em 17 de dezembro, de 2012 na Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013.....	7
2 - PÚBLICO - Período de intervenção;.....	8
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....	8
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....	13
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....	13
4.2.1 - Aquisição de prédio rústico sito na Zona Industrial das Cantarias - Inscrito na matriz predial respetiva da freguesia de Gostei sob o artigo 1018 - <i>Para declaração de nulidade da deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada em sessão de 27 de abril de 2012;.....</i>	53
4.2.2 - Aquisição de serviços para elaboração do material divulgativo e promocional, preparação de conteúdos para a página web e tradução de documentos do projeto “clt2012/vol121/pre-cristian traditions - masquerades” – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal;.....	60
4.2.3 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012 e proposta de aplicação de resultados.	62
4.3 - DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre a seguinte proposta da Câmara Municipal de Bragança:	94
4.3.1 - Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de Análise Económico-Financeira reportado a 31 de Dezembro de 2012 e Certificação Legal de Contas.	
4.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....	97
4.4.1 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas relativas ao ano de exercício de 2012; ...	97
4.4.2 - Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano 2013.	100

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	85
Ana Almeida	47,91
António Malhão	43,91
Domingos Seca	46
Leonel Fernandes	8,12,46
Luís Pires	7,81,89,96
Presidente da Câmara	28,49,59,62,70,93,96
Presidente da Mesa	7,8,9,10,11,12,13,28,42,89,90,91,92,93,94,96,97,99,102
Primeiro Secretário da Mesa	43,46,47,49,50,51,52,53,56,58,59,60,61,81,85
Rui Correia	42,50,52

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	10,81
António Malhão	11
Luís Pires	51,62,96

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	60,
António Malhão	58,94
Ernesto Gomes	7
José Lourenço	94
Leonel Fernandes	59
Luís Pires	93,102
Maria Alves	7
Rui Correia	7,53
Vítor Pereira	52

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
Leonel Fernandes	56

----- Aos **vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **segunda Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às 09:30 horas, e fim cerca das 14:00 horas, na qual participaram **oitenta e oito membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária, do ano de 2013, realizada em 22 de fevereiro.....

2- PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município......

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.2.1 - Aquisição de prédio rústico sito na Zona Industrial das Cantarias - Inscrito na matriz predial respetiva da freguesia de Gostei sob o artigo 1018 - *Para declaração de nulidade da deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada em sessão de 27 de abril de 2012;*

4.2.2 - Aquisição de serviços para elaboração do material divulgativo e promocional, preparação de conteúdos para a página web e tradução de documentos do projeto “cit2012/vol121/precristian traditions - masquerades” – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal;

4.2.3 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012 e proposta de aplicação de resultados.....

4.3 - DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre a seguinte proposta da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.3.1 - Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de Análise Económico-Financeira reportado a 31 de dezembro de 2012 e Certificação Legal de Contas.

4.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....

4.4.1 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas relativas ao ano de exercício de 2012;.....

4.4.2 - Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano 2013.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e foram presentes:.....

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 12 DE FEVEREIRO DE 2013

Data	Remetente	Assunto
12/02	Grupo Parlamentar do PCP	Convite para participar na audição pública sobre privatização do setor de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos
18/02	Assembleia Municipal de Ater do Chão	Proposta – Encerramento de mercearias e tabernas/tascas
20/02	Assembleia Municipal de Mirandela	II Seminário sobre a democracia local
03/04	Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias	II Seminário sobre democracia local
12/04	ANMP	Proposta de Lei n.º 104/XII – Regime Jurídico das Autarquias Locais
12/04	ANMP	Debates sobre desastres naturais

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

Data	Destinatário	Assunto
27/02	Várias Entidades	Envio da Moção aprovada na sessão de fevereiro/2013 - “Abastecimento de água”
01/03	CMB	Envio de senhas e boletins Itinerários relativos ao mês de fevereiro/2013
05/04	Deputados Municipais	Envio do Programa do II Seminário sobre a democracia local

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós; José Luís Baltasar; José Alberto Moutinho Moreno; Pedro Luís Esteves Fernandes, António Manuel Pereira

PS: Marisa Rodrigues Gomes Alexandre

MEMBROS SUPLENTES CONVOCADOS:.....

PSD: António Nuno Neves Pires; Bruno José Fernandes Miranda; Maria Natália Rodrigues Alves; Maria do Amparo Mendes Alves e Armando José Pereira

PS: Maria Celina da Silva Paula

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos.....
----- Então iríamos começar os trabalhos desta primeira sessão ordinária do ano de dois mil e treze, com o ponto 1.

PONTO 1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária, do ano de 2013, realizada em 22 de fevereiro......

----- **Presidente da Mesa** – Muito bom dia, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, vamos iniciar os trabalhos, para iniciar os trabalhos vamos ter que pedir silêncio, o que era de todo conveniente, espero também que os Srs. Deputados deixem as duas últimas filas para o público, o que não costuma ser usual e já vi também que não é hoje, neste caso eu não os perturbo, a não ser que viesse público suficiente que vos peça para avançar, portanto a última fila, pelos menos, Srs. Deputados, deixem-na para os munícipes que queiram assistir à Sessão.

----- Bom, vamos começar esta sessão ordinária com o primeiro ponto da agenda que tem a ver com a discussão e votação da ata da primeira sessão ordinária deste ano de 2013, realizada no dia vinte e dois de fevereiro.

----- Nesse sentido perguntamos se há algum comentário a fazer.

----- Já registei um comentário. Luís Pires, do PS, tem a palavra para o comentário que se lhe aprovar efetuar.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos. Apenas uma correção na Ata, página 14, eu depois creio que será melhor passar junto dos Serviços, onde têm “Bentes MarKeting” deve estar “Benchmarking”, eu depois auxiliarei os Serviços a corrigirem isso.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pela correção.

----- Alguma indicação mais a efetuar sobre a Ata? Não há.

----- Bom, por esse motivo então estamos em condições de proceder à votação da Ata.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- A declaração de voto dos três deputados: Rui Correia, Maria do Amparo Alves e Presidente da Junta de Calvelhe, é no sentido de não terem estado presentes na última sessão, fica registado.

----- Bom, passamos ao ponto seguinte, Srs. deputados.

----- Passamos então ao segundo ponto da ordem de trabalhos.....

PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- **Presidente da Mesa** - Verifico presenças do público, e eu pergunto se há alguém do público presente que tem intenção de proceder a alguma intervenção nesta Assembleia. Recordo que a Assembleia tem no seu Regimento um período de trinta minutos para intervenções do público.

----- Não há intenções de intervenções por parte do público presente, passamos ao ponto 3.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- **Presidente da Mesa** - Recordo que em termos legais temos 60 minutos para este período, são agora, neste momento, dez menos cinco, até às onze menos cinco decorrerá o Período de Antes da Ordem do Dia.

----- Inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia? Registamos uma intervenção do Sr. Leonel, da bancada da CDU, tem a palavra Sr. Leonel.

----- Eu recordo Srs. Deputados, algum ruído na sala, está aberto o período para inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia. Não há registo, da Mesa, para intenção de intervenções para além da registada por parte da CDU, que tem a palavra neste momento.

----- **Leonel Fernandes** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, caríssimos membros desta Assembleia, a todos muito bom dia.

----- A CDU trás aqui uma moção sobre os pequenos e médios empresários, que gostava de apresentar a esta Assembleia.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Como todos sabemos

O tecido económico do concelho é caracterizado por uma significativa densidade de estabelecimentos do comércio tradicional, de restauração e hotelaria, de pequenas indústrias, do ramo automóvel, de serviços entre outros.

Todos estes setores estão a passar por uma fase muito difícil como sabemos, resultante do cada vez mais reduzido poder de compra das populações, do agravamento da carga fiscal nomeadamente com o IVA, da nova Lei do Arrendamento Comercial que permite aumentos inaceitáveis das rendas o que facilita o seu despejo.

Também as linhas de crédito anunciadas, embora a banca venha dizer que não falta dinheiro, estão longe de permitir o acesso dos micro, pequenos e médios empresários por aplicação de taxas de juros proibitivas. A Justiça continua cara e demorada. O há muito reclamado Apoio Social *para os empresários*

em caso de insolvência ou encerramento forçado, contemplado no Orçamento do Estado para 2013, veio acompanhado do aumento da TSU e a *sua* possível utilização apenas só a partir de 2015!.....

----- Embora esta problemática passe por políticas nacionais, o Município, no exercício das suas competências, deve dar um contributo para a defesa e dinamização do setor, nomeadamente em termos das taxas, das tarifas, da percentagem do IMI a cobrar, dos horários funcionamento da limpeza urbana, ou embelezamento dos espaços, *entre outros contributos possíveis*.

----- Nesse sentido e para que esta Assembleia possa tomar uma posição a CDU apresenta uma Moção e solicita ao Sr. Presidente da Mesa o favor de ler o texto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado, Sr. Deputado.

----- Passo a ler a Moção apresentada pela CDU.....

“MOÇÃO

Em defesa dos Micro, Pequenos e Médios Empresários.

----- O tecido económico do concelho, em particular da cidade de Bragança é caracterizado por uma significativa densidade de estabelecimentos do comércio tradicional, de restauração e hotelaria, de pequenas indústrias, do ramo automóvel, de serviços (farmácias, cabeleireiros, gabinetes de contabilidade e projeto, clínicas, ginásios, etc.), entre outros.

----- Todos estes setores estão a passar por uma fase muito difícil, resultante do cada vez mais reduzido poder de compra das populações, do agravamento da carga fiscal, nomeadamente com o IVA a 23%, da nova Lei do Arrendamento Comercial, permitindo aumentos inaceitáveis de rendas e facilidades de despejo.

----- As linhas de crédito anunciadas, embora a banca venha dizer que não falta dinheiro, estão longe de permitir o acesso dos micros, pequenos e médios empresários ao crédito por aplicação de taxas de juros proibitivas. A Justiça continua onerosa e demorada. O há muito reclamado Apoio Social em caso de insolvência ou encerramento forçado, contemplado no Orçamento do Estado para 2013, veio acompanhado do aumento da TSU de 29/60% para 34,75%, e possível utilização só a partir de 2015!.....

----- Apesar das principais medidas passarem por políticas nacionais, o Município, no exercício das suas competências, deve dar um contributo para a defesa e dinamização das micro, pequenas e médias empresas. Nomeadamente em termos da derrama, das taxas e tarifas, da percentagem do IMI a cobrar, dos horários do comércio, da segurança, da animação das zonas comerciais de cada núcleo urbano, nomeadamente no Natal, da limpeza urbana, do embelezamento dos espaços, da redução das taxas dos reclamos, toldos, esplanadas e outra ocupação da via pública, bem como de todos os regulamentos

relativos às atividades industriais e comerciais e, não menos importante, o pagamento sempre atempado de serviços e bens adquiridos às empresas da região.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 26 de abril de 2013, decide:

----- Ponto 1. Exigir do Governo medidas de discriminação positiva urgentes na Fiscalidade, nomeadamente, na redução do IVA, na reposição dos apoios à interioridade, particularmente o IRC, o acesso ao Crédito, o apoio ao Investimento com programas adequados do QREN e em especial para o Comércio, na Justiça não a afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial, e no Apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contributiva suficiente.

----- Ponto 2. Recomendar ao Executivo Municipal:

----- Alinha a) - Que analise a possibilidade de isentar ou reduzir (ainda que temporariamente) algumas taxas (reclamos/ toldos/ utilização na via pública), ou mesmo impostos, nomeadamente o IMI, e simplifique o respetivo processo de licenciamento, a estabelecimentos dos setores da pequena indústria, do comércio tradicional, da restauração e dos serviços;

----- Alinha b) - Que promova a criação de um Conselho Municipal para as Atividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais, comerciais e sindicais do setor, com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade de cada setor, para definição de estratégias de desenvolvimento e apoio às decisões a assumir pelo Município.

----- Alinha c) - Enviar esta moção ao Primeiro-ministro, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Associação Comercial Industrial e Serviços de Bragança, Núcleo, Empresarial de Bragança e Comunicação Social.

O Eleito da CDU, Leonel Fernandes”

----- **Presidente da Mesa** – Perante a leitura da Moção colocamos agora a questão aos Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta, se pretendem fazer algum pedido de esclarecimento sobre esta Moção.

----- Repito, pretendem fazer algum pedido de esclarecimento?.....

----- Registamos dois pedidos de esclarecimento vindos da bancada do CDS/PP e do PSD. Ana Cláudia Guedes de Almeida, do CDS/PP, tem a palavra em primeiro lugar e depois António Eduardo Malhão.

----- **Ana Almeida** – Bom dia a todos, caros colegas, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Comunicação Social.

----- Eu acho que todas estas moções são de relevar e têm o seu valor, só queria aqui alertar para o facto nomeadamente quanto à última parte da Moção, nomeadamente quando falam na possibilidade

de isenção de impostos, e, de facto, isso é competência da AM, e temos vindo a discuti-los, creio que sempre na Sessão de dezembro, e tem sido uma das lutas quanto às reduções nas taxas de IMI nesta Assembleia, e tem-se vindo a concluir que é dos Municípios que continua a ter as taxas de IMI mais elevadas. Mas, como eu estava a dizer, isto é só para talvez a CDU reponderar o teor do documento, quando fala na modernização administrativa e quando fala na isenção de licenciamento, quando fala na isenção de taxas, quando fala na simplificação de procedimentos de licenciamento de indústria por forma a captar mais investimento local, essa matéria é matéria de lei e está regulada, e está inclusivamente a ser objeto de regimes novos, temos a entrar em vigor dia 2 de maio o Novo Regime do Licenciamento Zero, que regula precisamente a questão das atividades económicas, da publicidade e da ocupação dos espaços públicos, efetivamente dando uma grande margem de liberdade aos municípios para não cobrarem... há situações, de lei, que não são sequer licenciáveis, e grande margem aos municípios para não cobrarem taxas, portanto não cabe a esta AM, cabe sim ao Município, nos seus regulamentos municipais.

----- Há uma coisa, que é de lei, que é, estabelecendo, a lei, isenções, e falo em matéria de publicidade, de ocupação de espaço público, e de licenciamento de atividades económicas, nomeadamente, volto a dizer, o Regime de Licenciamento Zero e o sistema da indústria responsável que é o Regime do SIR que também já está em vigor e que aliás já se fala numa sua primeira alteração, tudo isso já está acautelado, se calhar não sei se a CDU não deveria reformular nessa parte porque não cabe à AM, uma vez que é matéria de lei e já está regulada com regimes novos na senda simplex e na senda da modernização administrativa, que obriga precisamente os municípios a adotarem procedimentos através do balcão do empreendedor, não podem eles próprios criarem o seu sistema de licenciamento autónomo.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- O Sr. Deputado António Eduardo Malhão tem, agora, a palavra. Depois o Sr. Deputado da CDU procederá às respostas que lhe convier e aprover.

----- **António Malhão** – Então muito bom dia a todos. Eu queria levantar uma questão ao proponente da questão, no sentido de lhe perguntar se está disponível para concertar essa Moção com os restantes partidos. Há aí algumas matérias que não faz muito sentido fazer a sua reivindicação, porque elas já estão a ser praticadas, designadamente no que diz respeito à derrama, o nosso Município, bem, não aplica a derrama designadamente no que diz respeito ao pagamento a fornecedores, o nosso Município

também fá-lo a vinte e oito dias/trinta dias, também é um exemplo a nível nacional, não faz muito sentido estarmos a pedir aquilo que já temos.....

----- Quanto àquelas matérias sobre incentivos, designadamente à interioridade, pois o PSD já teve oportunidades aqui, em devido tempo, também reivindicar isso e acompanha com todo o gosto a Moção da CDU.

----- A segunda parte é que gostaríamos, de facto, de perguntar se há possibilidades de ajustarmos isso um pouco mais à realidade do nosso Município.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Fernandes, da CDU.

----- **Leonel Fernandes** – Ora, em primeiro lugar dizer então que embora a questão do licenciamento zero e de outras taxas sejam da competência da Câmara, nunca é de mais esta AM pedir que as coisas sejam concertadas, e, portanto, quer dizer, o ficarem escritas e o ficar, de alguma forma, assegurado que alguém vai ter esse encargo de tomar em atenção as coisas, acho que é à Assembleia que compete também o dar orientações à Câmara, aliás a Assembleia não está aqui só para votar aquilo que nos propõem, também devia estar, de alguma forma, para fiscalizar e propor também algumas questões que entenda que são boas para a nossa população e para o nosso Concelho.

----- Claro que nestas questões eu não estou tão dentro quanto a nossa Deputada Ana Guedes, mas, se calhar, nalgumas coisas poderei eventualmente concordar com ela, logicamente que está dentro da sua área.

----- A questão que foi lançada pelo meu amigo Eduardo Malhão, também concordo, e a CDU está sempre aberta à concertação desde que seja exatamente para isso, quer dizer, para defender as nossas populações, para defender o nosso Concelho e para demonstrar também que estamos aqui não por estar, mas que estamos aqui em prol de alguma coisa, e nesse sentido a CDU está aberta à concertação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Então eu proponha que seguíssemos os trabalhos e que se reunissem ainda dentro do Período Antes da Ordem Dia, por forma a elaborar um documento que seja apresentado de forma definitiva à AM. ---

----- Eu pergunto, então, existe acordo para fazerem a Moção? Querem corrigir o texto dentro deste Período de Antes da Ordem do Dia?

----- **Leonel Fernandes** – Então dando uma resposta muito rápida.

----- Aquilo que o PSD propõe era realmente retirar só esta parte da alinha a), onde diz diretamente respeito à Câmara, e deixarmos a parte da exigência ao Governo, não é? Tem que se lhe dar aqui uma voltinha ao texto, eu vou alterar isto e depois apresento novamente, que é melhor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Então o Sr. Leonel vai proceder a uma retificação do texto e trás a Moção de novo para votação, depois com o texto definitivo.

----- Prosseguimos os trabalhos, ainda temos tempo de sobra para o Período de Antes da Ordem do Dia, há ainda alguns Deputados que chegaram entretanto, pergunta a Mesa se há intenções de algum dos Srs. Deputados fazer intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia?.....

----- Não há. Então vamos fazer o seguinte, não vamos suspender os trabalhos, aguardando a correção da Moção, vamos prosseguir com os trabalhos e retomaremos a votação da Moção quando ela estiver devidamente corrigida com o texto definitivo.

----- Nesse sentido passamos ao ponto seguinte.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....

“- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 22 de fevereiro de 2013, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

1.1 – Divisão de Administração Financeira

1.1.1 – Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial

Com reporte ao período acumulado a 31 de março de 2013, a execução bruta do Orçamento da receita é de 20,70% (no montante de 8 298 809€), para um Orçamento da despesa paga de 19,43% (no valor de 7 761 505€).

De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 31 de março de 2013 uma execução financeira de 17,30% (2 827 591€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 2 269 452€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 558 139€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções gerais e económicas, com um valor de despesa paga de 1 746 889€ e

648 500€, respetivamente. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 16,28% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 23,20%.

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de março de 2013 uma diminuição de 1 018 214,82€, ou seja, de - 8,27 pontos percentuais, comparativamente a 31 de dezembro de 2012.

Segundo notícia do Jornal de Notícias, na edição de 04 abril do presente, e tendo por base os dados disponibilizados pelo Coordenador do Anuário Financeiro dos Municípios, a dívida por habitante do Município de Bragança é a mais baixa de entre o conjunto dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, sendo 2,5 vezes inferior à média nacional, 3,95 vezes inferior à média dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, 3,75 vezes inferior à média do Distrito de Vila Real e 4,25 vezes inferior à média do Distrito de Bragança.

Paralelamente à equilibrada situação financeira, o Município de Bragança tem, na última década e meia, mantido elevados níveis de investimento municipal, beneficiando a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, tendo o património municipal aumentado, entre 2002 e 2012, de 66 milhões de euros para 204 milhões de euros.

Trata-se de dois indicadores suficientemente explicativos do rigor na aplicação de recursos públicos e de resultados de investimento.

Em termos patrimoniais foram inventariados 1484 bens móveis no valor total de 608 862,02€.

Foram, ainda, cobrados 12 975 recibos de água, 4 085 guias de receita e liquidadas 1 639 ordens de pagamento. De 01 de fevereiro a 08 de abril de 2013 foram deliberados em reunião de Câmara apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 364.154,00€ (para investimento e compensação devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico) e Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 227.696 696€.

1.1.2 - Serviço de Taxas, Contra Ordenações e Metrologia

No período de 01 de janeiro a 31 de março de 2013 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 244 375€ representando um saldo positivo de 13 585€ (i.e. 5,89%), comparativamente ao período homólogo.

1.2 – Unidade de Administração Geral

- Serviço de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito deste Serviço destacam-se, para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 1 077 documentos em suporte de papel; 1 570

documentos na aplicação informática de atendimento; e registadas 846 faturas na aplicação informática POCAL.

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do Distrito de Bragança” do Prof. Hironidino da Paixão Fernandes. Procedeu-se, ainda, à transferência dos Arquivos (corrente e histórico) para as novas Instalações do Balcão Único de Atendimento, que dispõe de um espaço amplo, adequado e ajustado às necessidades atuais de arquivo documental da Instituição.

1.2.1 - Serviço de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de um procedimento concursal por tempo indeterminado em fase de período experimental e 17 processos de aposentações. Deu-se continuidade ao acompanhamento do pessoal afeto ao centro de emprego com contrato emprego- inserção, num total de sete, nas áreas nas áreas de Serviços Gerais, Arquivo, Educação Social, Psicologia, Ação Educativa e Apoio Social e Comunitário.

1.3. Assessoria Jurídica e contencioso: prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contraordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

1.4. Serviço de Informática : Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, tem sido desenvolvido trabalho no âmbito do processo de Modernização em decurso, com enfoque nas seguintes áreas: 1 - Continuidade de projetos já iniciados: 1.1.Implementação do Balcão Único: local que permitirá aos munícipes e às empresas tratar de vários assuntos numa única interação e num único local; 1.2.Lançamento dos Serviços Online, permitindo a consulta de processos e submissão de formulários; 1.3.Implementação da Faturação eletrónica: solução que visa permitir a emissão de faturas eletrónicas aos munícipes e a receção de faturas eletrónicas dos fornecedores, com integração com o backoffice autárquico.; 1.4.ePaper: O ePaper vai permitir a desmaterialização da relação Município/Município admitindo a receção e manipulação de documentos digitais e a execução das tarefas habituais, tais como medir, anotar, carimbar, assinar ou arquivar documentos, suportando os formatos digitais que a Lei 60/2007 prevê. 2.

Consolidação da Gestão Documental: 2.1.Criação de novos circuitos (contabilidade, urbanismo, ...); 2.2.Implementação de circuitos que já foram desenhados e inseridos na aplicação (reclamações, e requisições). 3. Operacionalidade e evolução dos sistemas: 3.1. Apoio na utilização de equipamentos e aplicações; 3.2.Apoio às Escolas; 3.3.Implementação de segurança, através do redireccionamento de pastas para um servidor central; 3.4. .Consolidação do Sistema de gestão da Qualidade. 4. Implementação de novas ferramentas de gestão TIC: 4.1.Parametrização e uso de uma ferramenta dedicada ao inventário de equipamentos e software; 4.2.Preparação de um servidor dedicado à monitorização da rede de dados ; 4.3.Reestruturação da Active Directory e GPOs colocando alguma ordem na estrutura.; 4.4.Implementação de

aplicações open source / freeware adequadas para a administração de sistemas e da rede. Consideram-se relevantes as seguintes atividades: - Fecho de procedimentos que visam melhorar as infraestruturas tecnológicas e suportar os projetos de modernização, nomeadamente: atualização de servidores e aquisição de postos de trabalho para o balcão único, aquisição de um sistema de projeção multimédia a implementar em 2 salas de reunião, aquisição e instalação de um sistema de gestão de filas de espera. - Reforço da solução de virtualização existente, nomeadamente através da instalação de storage adicional de alta performance para as máquinas mais críticas, 2 processadores adicionais (1 para cada nó do cluster) e memória adicional para os nós do cluster (+ 32GB por servidor).

O principal website do Município de Bragança registou, de 11 de fevereiro até 12 de abril do presente, um total de 46.017 (média de 654 visitantes por dia).

Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 5.239 vezes (86/dia). Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 701 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 2.050 pessoas, enquanto o endereço do Teatro Municipal recebeu 2.089 visitas e o da Biblioteca Municipal 399. Relativamente ao Facebook 5.024 “amigos” e 1.683 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

Destaque para a instalação e entrada em funcionamento de um novo outdoor eletrónico na Avenida Sá Carneiro, em substituição do anterior. Com este equipamento, o Município de Bragança transmite às pessoas que por ali passam, através de mensagens “rápidas” e instantâneas, informações sobre os eventos a decorrer, ou que irão decorrer, em todo o Concelho, nomeadamente exposições, iniciativas culturais, espetáculos de teatro e musicais, atividades desportivas e eventos de solidariedade, entre muitos outros.

É, também, um meio a partir do qual se dão a conhecer algumas das mais belas paisagens, monumentos, património, tradições e lugares do Concelho de Bragança, através de imagens fortes e comunicam só por si.

Mensagens de última hora (como impedimentos na via, encerramento de alguma rua, informações sobre a neve/gelo, entre tantas outras) são, através do Outdoor, possíveis de ser transmitidas aos cidadãos.

2 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL

2.1. Serviço de animação e equipamentos culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 13 de abril, e estará patente até 23 de junho, a exposição “Obras da Coleção de Arte Contemporânea da Coleção da Portugal Telecom”, estando expostas 45 obras, de 33 artistas, das quais 6 nunca foram exibidas pela Fundação Portugal Telecom.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, continua patente a exposição inaugurada no dia 10 de novembro “Mapas e o Espírito da Oliveira” trabalhos que em 1984 constituíram um dos anos mais marcantes e produtivos da carreira da artista, subsequentes à sua participação na XVII

Bienal Internacional de Arte de São Paulo. Associam-se agora, quase trinta anos depois, a um outro conjunto de trabalhos inéditos, produzidos especificamente para esta exposição.

Nos meses de fevereiro e março foram realizadas 22 visitas/jogo e oficinas solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1729 pessoas, na sua maioria portugueses.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje – Nos meses de fevereiro e março visitaram o museu 1033 pessoas.

Neste período foram realizadas 11 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Desde 01 de março que está patente neste equipamento uma mostra de máscaras do artesão António José Fernandes do Vale.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de fevereiro e março realizaram-se 14 espetáculos com 17 sessões.

De destacar a nona edição do 27 VINTE e SETE, Festival Internacional de Teatro que apresenta 21 espetáculos de 14 companhias nacionais e estrangeiras. Iniciou no dia 27 de março, no Dia Mundial do Teatro, prolonga-se até ao dia 27 de abril, com produções para todo os géneros de públicos e escalões etários.

O festival decorre em Vila Real e Bragança, numa organização dos teatros municipais das duas cidades.

No mês de fevereiro assistiram aos espetáculos 1380 espetadores e em março 1266 espetadores.

Bibliotecas Municipais - Continuação da indexação e catalogação do acervo documental que têm vindo a ser executadas paralelamente ao trabalho de atendimento ao público. Durante o mês de fevereiro usufruíram dos serviços disponibilizados na Biblioteca 1832 utilizadores e no mês de março 2160. Nestes meses, na secção infantil, foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: leitura partilhada, desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 1038 crianças.

Nos dias 8 e 9 de março, realizou-se o I Encontro da Rede de Bibliotecas de Bragança. Este encontro resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Bragança, através do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Escolares e o Centro de Formação da Associação de Escolas Bragança Norte.

Teve como objetivos principais: o desenvolvimento de competências na prática pedagógica na área das literacias, designadamente na literacia da informação, tecnológicas e digitais e da leitura; a criação de redes de trabalho e comunidades de prática, envolvendo parceiros a nível local; encontrar respostas comuns, coerentes e inovadoras para os problemas e desafios que se colocam às bibliotecas e às escolas

e promover o intercâmbio entre investigadores e profissionais do ensino. Neste encontro estiveram presentes 165 participantes e 21 oradores.

No primeiro dia, com a presença, na sessão de abertura, da Coordenadora Nacional da Rede de Bibliotecas Escolares, Dr.^a Teresa Calçada, apresentou-se, formalmente, a Rede de Bibliotecas de Bragança, constituída pela Câmara Municipal, os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, a Fundação Os Nossos Livros, o Arquivo Distrital de Bragança e o Centro de Formação da Associação de Escolas Bragança Norte, tendo sido assinado, pelos parceiros, o protocolo de colaboração que rege o funcionamento desta rede. A RBB define-se como uma estrutura de cooperação aberta à livre participação de todas as Bibliotecas e Unidades Documentais da rede, visando uma gestão coordenada de aquisições, e a troca de informação bibliográfica, bem como a dinamização do empréstimo interbibliotecas e a dinamização de um plano anual de atividades organizado em conjunto.

Foi, também, apresentado o portal da RBB que divulgará a ação de todas as instituições parceiras e que integra o Catálogo Coletivo on-line das Bibliotecas do Concelho de Bragança. O catálogo coletivo on-line permite uma melhor gestão dos recursos existentes e um maior conhecimento do acervo entre todas as bibliotecas da rede, facilitando a gestão de aquisições. Permite, ainda, maior facilidade na utilização por parte do público em geral que poderá, a qualquer momento, requisitar on-line uma obra que pretenda e saber em que biblioteca do concelho ela se encontra.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 345 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – De 08 a 28 de fevereiro esteve patente, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, a exposição “Festas de inverno”, com representações de Bragança, Zamora (Espanha) e Carnia (Itália), integrada na programação do Carnaval dos Caretos.

No dia 08 de março foram inauguradas as exposições de pintura, nas salas Miguel Cervantes e Luís de Camões, “Global MAKE-Up Program”, de Zoran e “Ilha dos Imortais”, de Tereza Trigalhos.

2.2 – Serviço de Educação e Ação Social

Educação: A Câmara Municipal de Bragança, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Bragança deu continuidade ao projeto “Sorrir Branquinho”, implementado no ano letivo transato, tendo já sido rastreadas 812 crianças dos Jardins de Infância públicos e privados do concelho de Bragança e feito o encaminhamento, gratuito, de 165 crianças com necessidades evidentes de cuidados de medicina dentária.

Iniciou-se a realização de algumas atividades, no âmbito da Saúde Oral, verificação e implementação da prática correta da escovagem dos dentes e abordagem de outras temáticas alusivas a esse projeto.

Deu-se início ao processo de divulgação e abertura das candidaturas ao serviço de refeições escolares, manuais escolares e prolongamento de horário para o ano letivo 2013/2014, para os alunos do 1º ciclo do ensino e básico e do pré-escolar das escolas da rede de ensino público do concelho de Bragança.

No mês de março participaram nas sessões formativas, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP, na Escola Fixa de Trânsito, 5 escolas e 114 alunos do 1º ciclo do ensino público e privado.

No início do mês de abril participam 9 escolas e 220 alunos do 1º ciclo do ensino público.

No período de fevereiro a abril os representantes do município nos concelhos gerais dos agrupamentos de escolas participaram em duas reuniões do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Miguel Torga, numa reunião do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia e em quatro reuniões do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Abade de Baçal.

Ação Social:

Desde o início do mês de fevereiro ao início do mês de abril de 2013 realizaram-se, com marcação prévia, 55 atendimentos sociais para avaliação e resposta face aos diferentes pedidos de apoio social e 86 atendimentos sem marcação, o que perfaz um total de 141 atendimentos de cariz social.

Ainda neste período, foram realizadas 15 visitas domiciliárias no âmbito do acompanhamento de uma multiplicidade de situações/problemáticas.

Foi dado início ao processo de organização da III Feira de Emprego, Educação e Solidariedade envolvendo os parceiros Associação Académica do IPB e o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires.

Foi preparado o processo de atribuição de imóveis de habitação social através da elaboração do Relatório “Estratégia de Realojamentos 2013” com a priorização de famílias em situação de grave carência habitacional e ponto da situação dos imóveis em fase de reabilitação, apresentada e aprovada em reunião de câmara proposta de famílias para realojamento proximamente e preparação dos novos contratos a estabelecer com 8 agregados familiares.

2.3. UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE

No dia 23 de fevereiro iniciou-se a temporada das caminhadas rurais inseridas no projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária, com a caminhada na freguesia de Pombares, onde participaram 35 caminheiros, percorrendo um total de 12 Km. Seguiu, depois, com a realização da caminhada na freguesia de Macedo do Mato com 60 caminheiros que percorreram cerca de 13 Km, na freguesia de

Espinhosela que contou com 40 caminheiros que percorreram aproximadamente 14 Km e na freguesia de Nogueira com a participação de 120 caminheiros.

O projeto Desporto Sénior no Meio Rural, que visa abraçar todos os munícipes com mais de 65 anos, podendo excecionalmente abranger outras idades, está a decorrer na Freguesia de Grijó de Parada com uma média de 15 participantes, na freguesia de São Julião de Palácios com uma média de 20 participantes e na Freguesia do Paço de Rio Frio com uma média de 30 participantes.

Outras atividades

- Assinados, no dia 20 de março de 2013, os protocolos de colaboração entre o Município de Bragança e 14 entidades, para apoio à implementação dos planos de atividades, à realização de obras e à aquisição de instrumentos das 14 entidades, num total de 47.170,00€.

Este apoio abrange a atividade de duas entidades de solidariedade social e de 18 grupos nas áreas do teatro, da música (popular e erudita/vocal e instrumental), da etnografia, da dança, da poesia, da pintura... integrados nas associações referidas.

Com o cumprimento do protocolado as entidades comprometem-se a, entre outras atividades, realizar 54 espetáculos/participações, durante o ano de 2013, nas diferentes áreas artísticas, culturais e recreativas na área do concelho.

Na mesma ocasião foram também assinados protocolos de colaboração com as Associações Humanitárias do Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda com vista ao reforço da operacionalidade e eficiência do Serviço à Comunidade de modo a alcançar maiores níveis de segurança, no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, da aquisição de equipamento destinado a operações de limpeza de neve e espalhamento de sal, da aquisição de uma viatura de combate a incêndios urbanos e florestais e do apoio ao serviço permanente de prevenção a aeronaves no Aeródromo de Bragança, num total de 155.595,85€.

2.4 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Serviço de Turismo

Durante os meses de fevereiro e março foram atendidos no Posto Municipal de Turismo um total de 1972 turistas.

As nacionalidades com maior expressividade são a espanhola com um total de 1183, representando 60% dos visitantes e a portuguesa com 383, representando 19,5%. As restantes nacionalidades têm uma representatividade total de 406 turistas, correspondendo a 20,5%.

Com o objetivo de fomentar a gastronomia do concelho o município promoveu o Festival do Butelo e das Casulas nos dias 22|23|24 de fevereiro com o apoio da Confraria do Butelo e da Casula, integrado

no programa “Fins de Semana Gastronómicos” promovido pela Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Esta iniciativa teve como principal objetivo a integração e a divulgação do concelho no produto estratégico gastronomia e vinhos.

Esta ação contou com a participação de 22 restaurantes e 7 empreendimentos turísticos da cidade.

Paralelamente foi criado um programa que contou com as seguintes atividades:

- Conferência “Da conservação ao Sabor” com a Dra. Fátima Moura; - Entronização de novos confrades na Domus Municipalis; - Visita ao Mercado Municipal; - Sightseeing pela cidade aos visitantes.

3 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS MUNICIPAIS

Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo

Foram, neste período, abertos sete concursos no valor de no valor de 1.267.313,53€+IVA, destacando-se os seguintes trabalhos: - Conservação da rede viária municipal - Pavimentação da estrada municipal 501 - 1 Baçal à estrada nacional 2018 - 3 e pavimentação da estrada municipal 501 e estrada municipal 504 acesso a Varge (296.428,95€); - Conservação da rede viária - Beneficiação da pavimentação da estrada municipal 503 - 1 acesso a Donai, pavimentação do caminho municipal 1186 entre Formil e Fontes Barrosas e pavimentação da caminho municipal 1052 de acesso a Moredo (199.278,58€); - Beneficiação e pavimentação das vias municipais, pavimentação da estrada municipal 524 de Carocedo a Grijó de Parada e CM 1046 da EM 524 a Freixedelo (237.511,00€); -Beneficiação e pavimentação da estrada municipal 542 de Coelhoso ao rio Sabor (349.120,00€); - Aquisição de bens e serviços para o fornecimento de núcleos expositivos e conteúdos do Centro de Memória do Forte São João de Deus (160.000,00€); - Ecopolis reconversão urbanística do Forte São João de Deus - Centro de referência em construção sustentável (Edifícios Municipais): Fornecimento e montagem de plataforma elevatória (20.000,00€); - Execução de um muro de vedação, na quinta da Trajinha, junto à Av. Cidade de León (4.975,00€).

Neste período foram adjudicados trabalhos no valor global de 405.477,75€+ IVA, nomeadamente: - Estudo para a execução de 4 painéis cerâmicos a integrar no wall de entrada do edifício dos Paços do Município, no âmbito das obras do Forte São João de Deus (15.000,00€); - Execução de painel cerâmico a integrar na parede do 1.º andar do edifício dos Paços do Município, no âmbito das obras do Forte S. João de Deus (34.000,00€); - Conservação e Beneficiação do CM 1064 à Sr. da Serra e da EM 506 à Petisqueira (162.799,85€); - Arranjo urbanístico da rua Emídio Navarro no acesso ao Paço Episcopal (102.248,45€); - Fornecimento e instalação de reservatório de 30 m³ e ligação à rede pública na aldeia

de Martim (36.868,00€); - Instalação do Centro de Fotografia Georges Dussaut, recuperação de salas no Auditório Paulo Quintela (54.561,45€).

Outras obras a decorrer: - Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis” e “Ecodomus”; - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa e Lagomar; - Execução de saneamento em Terroso, Parâmio e Gondesende; - Execução do Saneamento e ETAR em França, Rabal e Rebordãos. Atualmente os trabalhos desenvolvem-se na localidades de França, tendo em Rebordãos sido já executada uma fossa séptica e instalado o correspondente coletor de drenagem. Os trabalhos em Rabal serão iniciados brevemente; - Construção da primeira fase do Brigantia EcoPark; - Construção do novo espaço para a feira; - Construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones; - Pavimentação de rua na Zona Industrial das Cantarias; - Beneficiação do antigo edifício da Cooperativa da Terra Fria, sito no Bairro da Estação; - Recuperação de salas no Auditório Paulo Quintela para instalação do Centro de Fotografia Georges Dussaut.

Através da maquinaria e recursos humanos da Câmara Municipal deu-se continuidade ao importante trabalho desenvolvido nas Freguesias rurais do Concelho de Bragança, nomeadamente limpeza de caminhos agrícolas nas Freguesias de S. Julião de Palácios, Deilão, Castrelos e Carrazedo; - abertura e limpeza de caminhos florestais e aceiros em Faílde, Grijó de Parada, Parada, Macedo do Mato, Coelhooso; Meixedo. - limpeza de estradas e caminhos rurais com recurso a destroçadores, entre outros; - Alargamento dos caminhos municipais 1061 e 1062 Mós/Valverde/Paredes.

Na área do Urbanismo destaque o trabalho desenvolvido tendo em vista a implementação da iniciativa “Licenciamento Zero”, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho, que prevê a desmaterialização dos procedimentos administrativos, simplificando a abertura e a modificação de diversos negócios, introduzindo um regime simplificado para a sua instalação e funcionamento.

Com o novo regime são eliminadas as licenças, autorizações, vistorias e outras permissões necessárias ao exercício de diversas atividades económicas, reforçando-se a fiscalização sobre essas atividades e a responsabilização dos empresários. O Licenciamento Zero entrará em vigor no dia 02 de maio de 2013.

4- DIVISÃO DE AMBIENTE, ÁGUAS E ENERGIA

4.1- Serviço de Águas e Saneamento

Executados os seguintes trabalhos: 1) Setor de Águas - Colocação dos contadores no exterior no Bairro Fundo Fomento de Habitação, Bloco B, na Coxa; - Substituição da conduta de água na travessia do rio,

em Laviados. - Já referido procedeu-se à adjudicação da empreitada: “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE 30M3 E LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA NA ALDEIA DE MARTIM”. O projeto prevê a elevação da água da atual captação para o novo reservatório a instalar e ainda o reforço com novo sistema adutor de água. - Em fase de abertura de concurso público encontra-se o processo: “EXECUÇÃO DE FUIROS NAS LOCALIDADES DE ALFAIÃO, LAVIADOS E OUTEIRO”. O preço base é de 50.000,00€. A execução destes novos furos verticais reforçará, designadamente nos meses de verão, o abastecimento de água a estas localidades. O furo a executar na localidade de Laviados antecipará a execução de um novo sistema de armazenamento de água com projeto já elaborado.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (37); limpeza de fossas (47); execução de novas ligações (145); substituição de contadores (32); reparação de fugas (43).

No que concerne à Barragem de Veiguiñas, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, por sentença/acórdão de 11 de março de 2013, julgou improcedente a providência cautelar, da autoria da Quercus – Associação Nacional da Conservação da Natureza contra o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, em que pedia a suspensão da eficácia da Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada à solução 1, variante B relativa ao Projeto de Reforço de Abastecimento de Água a Bragança, emitida pelo Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território a 19 de março de 2012, por falta de requisitos legais para que possa ser adotada.

A QUERCUS, em 19 de março de 2013, apresentou uma outra providência cautelar a solicitar o decretamento de suspensão de eficácia da declaração de utilidade pública do projeto de execução da reserva de água de Montesinho e de circuito de ligação ao sistema existente. Prevê-se que as obras iniciem durante o mês de junho de 2013.

4.2. Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios e Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana

Realizados os seguintes trabalhos:

- 1) Espaços verdes: Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; Requalificação de espaços junto à entrada nascente do IP4 – edifício Estrela do Nordeste, regularizando as terras, instalando sistema de rega gota-a-gota e plantando arbustos. No viveiro municipal procedeu-se à plantação de árvores de alinhamento e arbustivas, para futura estacaria, à estacaria de arbustivas e arbóreas, e sementeira de 1000 árvores.

- 2) Gestão Cemiterial: Durante o período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades: - Inumações – (30); - Concessão de terrenos (3); - Licenças de construção (6).
- 3) Manutenção Urbana: Foram colocados pilaretes de madeira na envolvente à Quinta da Trajinha, de forma a impossibilitar a utilização do espaço como plataforma de estacionamento. Foram colocados 17 pilaretes em passeios do Bairro e S. Tiago para impossibilitar a circulação e estacionamento de viaturas nos passeios pedonais.
- 4) Parques Infantis: Foi realizada uma requalificação profunda do baloiço e torre de escalada do Parque Infantil do jardim da Braguinha. A estrutura em madeira do baloiço já estava muito degradada e as redes da torre de escalada já não possuíam as necessárias condições de segurança e utilização.
- 5) Gabinete Técnico Florestal: Acompanhamento/fiscalização dos serviços de manutenção de espaços verdes. Coordenação com a empresa Metacortex do processo de revisão do PMDFCI 2013-2017, e apresentação na CMDFCI. Preparação do concurso de manutenção dos espaços verdes sazonais.

No dia 21 de março de 2013 comemorou-se o Dia da Árvore, envolvendo 26 IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Bragança, tendo sido entregues cerca de 54 árvores. O Dia Mundial da Árvore foi comemorado ainda, de uma forma inédita, pela cedência da manutenção de um espaço verde à APADI (Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual). Trata-se de uma ideia que poderá ser alargada a outras IPSS e instituições.

4.3. Serviço Municipal de Proteção Civil: Apoio logístico em incêndio urbano ocorrido na Rua Serpa Pinto. Colocação de sal na área urbana e aldeias do concelho. Articulação com o CDOS e Bombeiros das atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil.

4.4. Médico Veterinário Municipal: No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foram efetuadas 14 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe. Foram efetuadas vistorias a 2 refeitórios do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e também às instalações onde são confeccionadas as refeições pela empresa que fornece os almoços.

Emissão de parecer sobre 2 projetos de instalações pecuárias.

No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 83 canídeos e 2 felídeos, dos quais 3 foram adotados e 4 restituídos aos seus donos. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública.

4.5. Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações

Já está a funcionar, desde o início do mês de abril, a Microcentral Hidroelétrica do Fervença, integrada no edifício do Centro Ciência Viva de Bragança. Com uma potência de 20 KW, a Microcentral Hidroelétrica já produz energia elétrica em Baixa Tensão que será vendida ao operador de rede de distribuição (neste caso a EDP).

Neste projeto, pretende-se focar a vertente didática da instalação micro-hídrica, através de um quadro sinóptico demonstrativo da instalação em funcionamento, com ligação a “interface gráfica” para compreensão do esquema integral desde a tomada de água da albufeira até à produção e utilização da energia elétrica. Será, ainda, possível (entre outras valências) a visualização da produção de energia e a que é enviada à rede em tempo real, assim como a visualização da percentagem de produção face aos consumos do edifício, dos totais de energia produzida e consumida na instalação. Existe, também, a possibilidade de comandar manualmente a central, tendo em vista as funções didáticas da instalação. A Microcentral Hidroelétrica do Fervença representa um investimento de 120 mil euros.

Recorde-se que, no final do século XIX - início do século XX, a iluminação pública a petróleo, considerada defeituosa e anti-higiénica, deu lugar à iluminação elétrica, tendo-se iniciado o processo de iluminação das vilas e cidades. Bragança, no ano de 1906, ainda era iluminada por uma débil rede de lamparinas com funcionamento a petróleo, os candeeiros apagavam-se antes da meia-noite e nas noites de luar não eram acesos para poupar petróleo. A Câmara Municipal, em reunião de 8 de novembro de 1906, decidiu abrir concurso para a concessão da iluminação elétrica da cidade, com aproveitamento da queda de água no rio Fervença, zona dos Batocos. O concurso ficou deserto mais do que uma vez, tendo sido feitas várias tentativas, sem êxito, de ajuste direto.

A discussão de soluções alternativas, mudanças de executivo camarário, a revolução de 1910 e outras situações fizeram com que o problema da contratação se arrastasse até 16 de fevereiro 1912. A construção da Central dos Batocos, canal, barragem e restantes obras deveriam ser executadas em dois anos. Problemas diversos e o início da 1.ª Grande Guerra, para a qual foi mobilizado o engenheiro eletricitista, concessionário da iluminação, e a falta de recursos fizeram com que só a 22 de dezembro de 1921, passados 15 anos, tivesse sido inaugurada a iluminação pública a eletricidade, cujas obras e trabalhos foram dirigidos pelo engenheiro francês Lucien Guerche. Passaram, ainda, algumas décadas, até que muitos dos cidadãos das aldeias bragançanas pudessem aceder a este benefício, o que para muitos só aconteceu após o 25 de Abril de 1974, mais de três quartos de século depois de Lisboa.

Nos 3 primeiros meses deste ano, verificou-se uma produção de energia de 637.350€ nas centrais hidroelétricas de Montezinho, Prado-Novo e Gimonde.

Foi lançado o concurso internacional para o fornecimento de Energia (Energia elétrica e gás natural), incluindo energia em Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial, Iluminação Pública, Média Tensão e Gás Natural. O valor base do concurso, para dois anos, é de 3.700.000€ + IVA (23%).

Executados os seguintes trabalhos: - Nova iluminação nas salas de exposições do Auditório Paulo Quintela; - Beneficiação de 5 apartamento nos Bairros Sociais; - Mudança do comando do sistema semafórico do cruzamento Hospital; - Execução de ramal de fornecimento de energia ao novo painel informativo na Av. Sá Carneiro; - Certificação energética do Centro Ciência Viva; - Substituição para Leds dos semáforos do Cruzamento do Eixo Atlântico; - Continuação de trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- No dia 4 de março, teve lugar, na sede do grupo Faurecia em Nanterre (França), a primeira ação de promoção do PCT-TMAD (Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro) Brigantia Ecopark, dirigida às grandes empresas, tendo em vista a captação de investimentos em projetos de investigação, desenvolvimento e inovação nos domínios temáticas de Eco construção, da Energia, do Ambiente e outras áreas de interesse para o desenvolvimento da visão do Brigantia Ecopark.

- No dia 10 de março de 2013 foi realizada a apresentação de alguns resultados dos estudos arqueológicos do sítio arqueológico da Torre Velha/Terras de S. Sebastião, em Castro de Avelãs, pelo Professor Doutor Pedro Carvalho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do protocolo celebrado entre o Município de Bragança e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, assinado no dia 28 de junho de 2012, que corresponde à primeira fase que tem como objetivo avaliar o potencial científico e patrimonial do referido sítio arqueológico.

- No dia 21 de março de 2013, na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, decorreu o Seminário “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional de Trás-os-Montes”, com a participação do Dr. Christian Saublens, presentemente diretor da EURADA, a Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento, que conta com 140 membros em mais de 20 países.

- No dia 21 de março decorreu, na embaixada de Timor-Leste, em Lisboa, a assinatura de protocolo de cooperação entre o Município de Bragança, a Secretaria de Estado da Descentralização Administrativa de Timor-Leste e a Comissão Instaladora do Município de Aileu, para a instalação do futuro Município de Aileu, traduzindo a vontade e disponibilidade de criar e consolidar as instituições democráticas e do Poder Local, reforçar a presença da língua portuguesa e desenvolver e reforçar os laços de amizade e cooperação entre as populações dos respetivos municípios.

- No dia 22 de março, no Auditório Paulo Quintela, realizou-se o primeiro seminário de divulgação do projeto candidatado Biosfera Transfronteiriça, financiado pelo POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Espanha-Portugal), que tem como principal objetivo apresentar uma candidatura à UNESCO programa Mab (Man and Biosphere) para propor a área territorial do ZASNET como Reserva de Biosfera.
 - No dia 27 de março o Sr. Embaixador da República de Moçambique em Portugal visitou a cidade de Bragança, tendo em vista o fomento da cooperação ao nível do Ensino Superior e o desenvolvimento das condições para a atividade de empresas de Bragança em Moçambique e de Moçambique em Bragança.
 - No dia 1 de abril teve lugar, na sede do grupo EDP em Lisboa, a segunda ação de promoção do PCT-TMAD (Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro) Brigantia Ecopark, dirigida às grandes empresas, tendo em vista a captação de investimentos em projetos de investigação, desenvolvimento e inovação nos domínios temáticas de Eco construção, da Energia, do Ambiente e outras áreas de interesse para o desenvolvimento da visão do Brigantia Ecopark.
 - No dia 3 de abril reuniram os Presidentes de Câmara do Distrito de Bragança, para analisarem a questão das acessibilidades que servem a região e a questão da ligação aérea Bragança-Vila Real-Lisboa.
 - No dia 05 de abril de 2013, iniciou o Curso BIOURB – Diversidade Bioconstrutiva e Construção Bioclimática, promovido pela Câmara Municipal de Bragança. O curso pretende que os formandos adquiram conhecimentos acerca das potencialidades do clima local, bem como das soluções bioconstrutivas mais comuns existente na região de cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha, de modo a adquirirem competências para a tomada de decisões de conservação e reabilitação com vista à valorização do património cultural e à sustentabilidade do edificado. Estão inscritos 90 formandos, os módulos serão ministrados por 17 professores.
 - No dia 05 de abril, no Auditório Paulo Quintela, decorreu a apresentação do programa “Valorizar”, lançado pelo Ministério da Economia e do Emprego. Este programa tem como objetivo valorizar economicamente as regiões, através da dinamização empresarial, de novos investimentos, da criação de emprego no Interior do País.
 - Aprovada, em Reunião de Câmara Municipal, a proposta de recusa relativa à intenção da Direção de Serviços da Região Norte de extinção dos jardins de infância (JI) de Gimonde, Salsas, Parada e Santa Comba de Rossas e a EB1 n.º 7 (Cantarias).
 - No dia 13 de abril a Sra. Embaixadora de Cabo Verde em Portugal visitou Bragança, com o objetivo de participar no I Encontro de Associações de Estudantes Cabo-Verdianos em Portugal.
- Município de Bragança, 16 de abril de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal
António Jorge Nunes, Eng.º Civil “

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente, tem a palavra para uma apresentação do Estado e Vida do Município.

----- **Presidente da Câmara** – Cumprimento o Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários da Mesa, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados Municipais, Público presente.

----- Foi distribuída informação escrita sobre o funcionamento corrente dos serviços, nos vários setores e áreas de atividade, informação que vou complementar com a projeção de algumas imagens.....

----- Iniciamos a projeção com a imagem da visita que ontem foi feita ao Parque de Ciência e Tecnologia, edifício central, onde apresentada uma explicação da visão das áreas estratégicas de atuação e das áreas integradas no edifício central, na parte de inovação, de incubação e de acolhimento empresarial.

Obra em curso

Parque de Tecnologia Trás-os-Montes e Alto Douro: BRIGANTIA ECOPARK

1.ª Fase - Custo da obra: 7,31 M€ Invest.: 9,5 M€
Início: maio 2012 - Prazo de execução: 18 meses

Brigantia
EcoPark

2

----- A visita às instalações do forte São João de Deus, sendo que hoje estamos, hoje e amanhã a fazer a mudança para o edifício, concentrando vários serviços neste edifício, exceto a parte social e de educação, no sentido de na área que está reservada a esses serviços ser instalado a área financeira e a presidência para de imediato a estender a intervenção o todo o Edifício da Presidência.

----- Na segunda-feira será feito o teste aos sistemas, para na terça-feira reabrir o atendimento ao público.

 **Obra em curso**

REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS
Invest: 10,85M€ Data prevista conclusão: julho 2013



3

 **Obra em curso**

REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS
Invest: 10,85M€ Data prevista conclusão: julho 2013



4

----- Segue uma imagem do recinto de valorização de raças autóctones, o trabalho está bastante avançado, está a ser colocada a bancada e a estrutura metálica para a cobertura de metade da bancada, tendo a bancada a capacidade total de mil e quatrocentos lugares sentados.



Obra em curso

RECINTO DE VALORIZAÇÃO DE RAÇAS AUTOCTONES

Inv.:1,20 M€ ; Início: nov.: 2012; Prazo de execução: 14 meses



----- Os trabalhos para instalação definitiva da feira, na área das antigas casernas do BC3, estão a decorrer com algum atraso, as condições climatéricas para este tipo de trabalho não têm sido favoráveis, visto uma parte significativa ser de trabalhos de pavimentações, o trabalho de infra-estruturas é um trabalho menor, estão já construídas. Está em fase avançada a construção de muros de granito, concluída a bancada de granito e a ligação á Praça do Município, está a ser intervencionado o edifício que servirá de apoio à feira.



Obra em curso

Recinto da Feira de Bragança – Porta da Rota da Terra Fria de Bragança

Custo Obra:1,11 M €

Área de intervenção: 13.000 m²

Prazo de execução: 14 meses



----- Uma imagem dos trabalhos de alargamento da Estrada Municipal, na ligação do nó da A4/Mós/Valverde/Paredes. Estamos a aproveitar a disponibilidade do equipamento Municipal para proceder ao alargamento desta via e assim dar-lhe melhores condições de segurança considerando que a abertura do Nó da A4 irá promover o aumento do tráfego. Mais tarde avançará o concurso da pavimentação do alargamento e a repavimentação da totalidade da plataforma. O trabalho anterior está a ser feito com a colaboração das Juntas de Freguesia, no que respeita ao contacto com os proprietários, para que os trabalhos decorram normalmente.

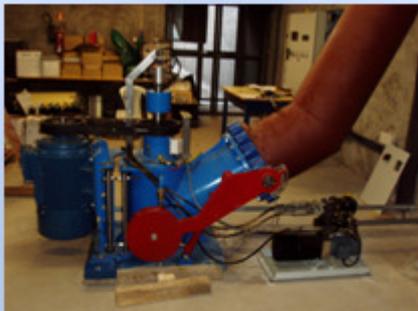


----- Dou nota de que entrou em funcionamento a mini hídrica do Fervença, instalada no Centro Ciência Viva, tem a sua tomada de água na presa principal junto ao Jardim José de Almeida, a potencia é de 50Kw, produz energia com ligação à rede da EDP, e serve também para fins didáticos e pedagógicos, dispondo de um monitor em que vária informação relacionada com a produção hidroelétrica e energia renováveis é disponibilizada para visitas de estudo, incluindo informação relacionada com a primeira central que aí foi instalada no ano de 1922, sendo que foi no ano de 1906 que houve a primeira tentativa privada para instalar a primeira central hidroelétrica de Bragança e que a 1.a Guerra Mundial veio a atrasar. No início da década de 20 do século passado a iluminação em Bragança era ainda feita com lampiões a petróleo.



Obra concluída

Entrada em funcionamento da Microcentral Hidroelétrica do Fervença - Potência: 20 KW – Custo total: 120 mil euros



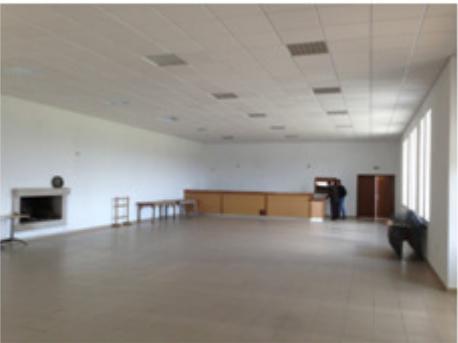
----- Alguns trabalhos feitos nas Freguesias: a adaptação da Escola Primária de Vila Nova para Centro de Convívio, um trabalho que estava previsto no Plano de Atividades e Orçamento; a conclusão da Centro de Convívio de Nogueira.



Trabalhos nas Freguesias

Requalificação do Centro de Convívio de Vila Nova

Arranjo interior da Sede de Freguesia de Nogueira



----- Também no âmbito da requalificação dos cemitérios a Câmara apoiou a requalificação do Cemitério de Petisqueira e Deilão, trabalhos executados pela Junta de Freguesia, dois cemitérios a necessitar de intervenção.



----- No Zeive alguns trabalhos em execução, por parte da Junta de Freguesia, apoiados pela Câmara Municipal, de requalificação do acesso ao Centro de Convívio e de arranjo da área envolvente do Centro. Também em Portela alguns calcetamentos em execução.



Trabalhos nas Freguesias



**Requalificação da zona envolvente
ao Centro de Convívio do Zeive**



Calcetamentos em Portela

11

----- No Santuário de Santa Rita existe, desde há anos, um pré-fabricado que tem servido como bar de apoio às festas, já bastante deteriorado. A Câmara elaborou um projeto para a Junta de Freguesia promover esta obra, apoiou financeiramente a sua execução, financiando a quase totalidade do custo, sendo Junta a promotora da obra. O objetivo é que na próxima festividade os trabalhos estejam concluídos.



Trabalhos nas Freguesias



Construção bar/salão de apoio em Santa Rita - Terroso

12

----- Alguns trabalhos de limpeza, de caminhos, aceiros, em diversas partes do Concelho, limpeza de valetas.



Outros trabalhos Freguesias

Abertura e limpeza de caminhos florestais e aceiros em Faiãde, Grijó de Parada, Parada, Macedo do Mato, Coelhooso; Meixedo

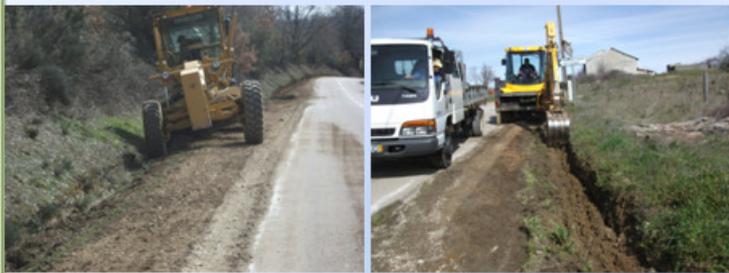


13



Outros trabalhos Freguesias

Limpeza de valetas em estradas e caminhos municipais



14

----- Fez-se alguma promoção externa do Parque Ciência e Tecnologia, na Sede do Grupo Faurécia/Nanterre, em que estamos a trabalhar uma proposta a ver se conseguimos garantir a presença deste grupo que investe novecentos e sessenta milhões de euros por ano em investigação e tem envolvidos nesse processo cinco mil engenheiros, estamos a tentar consolidar a presença da Faurécia em Bragança..

----- Fizemos outras apresentações, á EDP Inovação, estamos a planear outras apresentações.

----- No mês de março foram apresentados os resultados da 1.ª fase das escavações arqueológicas em Castro de Avelãs, tendo a Junta de Freguesia aproveitado o momento para fazer a apresentação do Brasão da Freguesia.



Eventos/Acontecimentos

10 de Mar.: Apresentação dos resultados das escavações arqueológicas em Castro de Avelãs e do Brasão da Freguesia

04 de mar.: Promoção do PCT – Brigantia Ecopark na sede do grupo Faurecia - Nanterre

15

----- Foram assinados vários protocolos com coletividades.

 **Eventos/Acontecimentos**

20 de mar.: Assinatura de protocolos com 14 Coletividades e com as Associações Humanitárias do Bombeiros Voluntários de Bragança do Concelho - **202.705,85 euros**



16

----- Foi assinado um protocolo com o Secretário de Estado da Administração Local do Governo de Timor Leste, envolvendo alguns municípios portugueses, a assinatura ocorreu na Embaixada de Timor em Lisboa, o Município de Bragança assumiu dar apoio à instalação do Município do Distrito de Aileu. É um projeto que o Governo de Timor tem previsto desenvolver até 2017, tem um calendário definido, portanto o Município dará algum apoio na formação de quadros, na ajuda à estruturação e identificação das áreas de intervenção, o Centro de Formação Autárquica está envolvido também neste protocolo.

----- Iniciativas com as escolas na área do ambiente no dia da árvore.

 **Eventos/Acontecimentos**

21 mar.: Assinatura de protocolo de cooperação para a instalação do futuro Município de Aileu (Timor Leste)



21 mar.: Dia da Árvore

17

----- A 21 de março, decorreu o seminário “Desafio e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional de Trás-os-Montes”. Também o Seminário de divulgação do projeto de candidatura “Biosfera Transfronteiriça”, este projeto foi já formalmente apresentado ao Governo Português e ao Governo de

Espanha, está a ser analisado em termos técnicos e científicos por parte dos dois Ministérios do Ambiente, no sentido de nos fornecerem as sugestões de alteração necessárias para até final de junho poder ser apresentada a versão definitiva e até setembro, se for possível, ser feita a apresentação da candidatura à UNESCO em Paris.



Eventos/Acontecimentos

21 de Mar.: Seminário "Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional de Trás-os-Montes"



22 mar.: Seminário de divulgação do projeto candidato Biosfera Transfronteira

----- Referencia a algumas visitas institucionais, designadamente do Embaixador da República de Moçambique e uma ação externa de promoção externa da Brigantia Ecopark junto da EDP Energia.



Eventos/Acontecimentos





27 de mar.: Visita do Sr. Embaixador da República de Moçambique em Portugal

01 de abr.: Promoção do PCT – Brigantia Ecopark no Grupo EDP

----- Foi iniciado a 5 de abril o Curso BIOUSB, um Curso de cem horas sobre Diversidade construtiva e construção Bioclimática, a noventa participantes, um trabalho que a Câmara contratou, trabalho de parceria com outras entidades portuguesas e espanholas, sendo chefe de fila uma entidade do Governo

de Castela e Léon. Ao Município de Bragança coube este seminário de formação e a elaboração do manual BIOURB que nós pensamos distribuir aos Srs. Deputados.....

 **Eventos/Acontecimentos**



05 de abr.: Início do Curso BIOURB – Diversidade Bioconstructiva e Construção Bioclimática (100 horas)– 90 participantes

20

----- Também a visita da Embaixadora de Cabo Verde em Portugal, que participou no primeiro encontro de dirigentes associativos de estudantes Cabo Verdeanos em Portugal, foi uma reunião nacional das estruturas associativas de estudantes Cabo Verdeanos, que ocorreu em Bragança e tivemos a oportunidade de acompanhar essa visita.

 **Eventos/Acontecimentos**



13 de abr.: Visita da Embaixadora de Cabo Verde em Portugal – Participação no I encontro de dirigentes associativos de estudantes cabo-verdeanos em Portugal

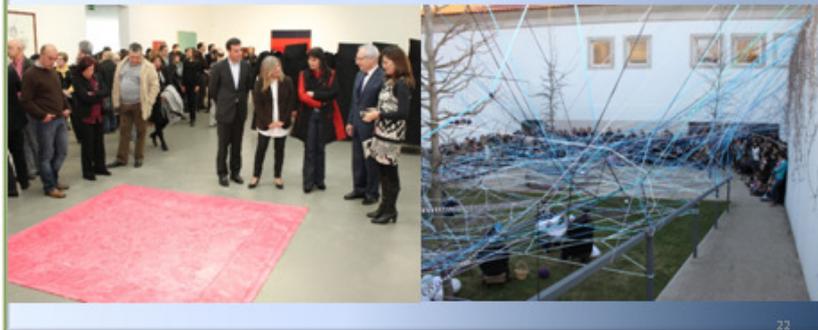
24

----- Destaca-se a inauguração da exposição no Centro de Arte Contemporânea, em parceria com a Fundação da Portugal Telecom, uma boa exposição, que, quem puder ir visitar, recomendo que o faça. ..



Eventos/Acontecimentos

13 de abr.: inauguração da exposição
"Obras da Coleção de Arte Contemporânea
da Coleção da Portugal Telecom"



----- As atividades desportivas têm decorrido com bastante participação, como se nota.



Eventos/Acontecimentos

18 de abr.: IX Maratona de Hidroginástica
– Hydro by Night + de 50 participantes

21 de abr.: BTT Bragança Saudável
+ de 160 participantes



----- Regressamos ao dia de ontem, porque muitos dos Srs. Deputados não estiveram presentes, destacando a Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril, a inauguração do Centro de Fotografia Georges Dussoud, no primeiro andar deste edifício, exposição que recomendo visitem, tem a ver com a realidade de Trás-os-Montes, uma realidade que muitos já não conheceram. Este Centro deverá criar condições para recolha de imagem sobre Trás-os-Montes, promover trabalho educativo com as escolas.

----- Georges Dussaud fez a sua primeira exposição em Portugal, em Bragança, no ano de 1987 aquando da primeira Presidência Aberta do Presidente da República, Dr. Mário Soares.

----- Fez a segunda exposição, em Bragança, aquando das comemorações do 10 de Junho do ano de 2004, exposição oficial da Presidência da República.

----- É um fotógrafo conhecido em vários países. Ontem o jornal “o público” trazia uma página inteira sobre a abertura deste Centro. Georges Dussaud fez a doação de uma parte importante do seu espólio sobre Portugal, sendo que incidiu fundamentalmente sobre Trás-os-Montes, e ele que foi também um companheiro de muitas viagens de Miguel Torga.

Eventos/Acontecimentos

Comemorações do 25 de abril

Sessão solene

Inauguração do Centro de Fotografia Georges Dussaud

24

----- Prosseguiram as comemorações do 25 de Abril com visita ao Parque de Ciência e Tecnologia a que se seguiu a inauguração da Rua da Câmara Distrital de Água Grande, a visita às novas instalações da Câmara Municipal, edifício do Balcão Único e dos armazéns, oficinas e serviços sociais, e mais tarde o lançamento de mais dois volumes da obra da Bibliografia do Distrito de Bragança, respetivamente volume V e VI, sendo que o volume VII está já na tipografia para ser editado no evento ARTES E LETRAS que decorre de seis a nove de junho, altura em que ocorrerá um encontro das Academias de Letras da Lusofonia_ e nessa jornada serão apresentados onze livros.



Eventos/Acontecimentos



----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Srs. Deputados, está aberto o período para inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.....

----- Pedidos de esclarecimento?.....

----- Não há registos de pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções sobre o Estado e Vida do Município?

----- A Mesa registou apenas quatro intenções de intervenção: Rui Correia e Eduardo Malhão, do PSD; Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Paradinha Nova e o Sr. Deputado Leonel Fernandes, da CDU. --

----- Eu vou pedir ao Sr. Deputado Rui Correia para fazer a sua intervenção. Entretanto vou pedir-lhes desculpa, vou-me ausentar durante alguns instantes para ir a um Funeral de um Funcionário, pelo que peço aqui ao Sr. Secretário que continue a direção dos trabalhos.

----- Sr. Deputado tem a palavra.

----- **Rui Correia** – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente, Caros Companheiros de Assembleia, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, a todos bom dia.

----- Sr. Presidente, eu tive, há poucos dias, tendo em conta o meu cargo profissional, digamos assim, uma reunião com a Sra. Diretora do IFP de Bragança, só agora soube que houve uma reformulação da área territorial de intervenção, de facto posso andar distraído, mas só agora é que soube, e eu gostava

de saber se a Autarquia fez alguma coisa no sentido de ser reposta a área territorial de intervenção do IFP e saber o que é que fez então. Obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Chamo, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Eduardo Malhão.

----- **António Malhão** – Sr. Secretário e Sra. Secretária da Mesa, Sr. Presidente do Executivo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Sras. e Srs. do Público, minhas Sras. e meus Srs.

----- De facto este ponto que acabámos agora de assistir considero de facto que é um ponto solene e um ponto importante porque retrata e espelha o que é a dinâmica do Município ao longo deste período que medeia entre a Assembleia de fevereiro e esta própria, e fico, de certa forma, um pouco, não direi triste, mas estranho um pouco que não haja debate sobre uma matéria tão importante, e que não haja mais intervenção, como se este ponto fosse um ponto menor. E como o Grupo Municipal do PSD pensa exatamente o contrário, entende que não pode deixar passar em claro mais um período de grande dinâmica do nosso Município.

----- E, de facto, a informação do Estado e Vida do Município que acaba de nos ser apresentada pelo Sr. Presidente, marca, de forma muito impressionante, o grande trabalho dos Executivos do PSD, liderados pelo Engenheiro Jorge Nunes, cumprindo assim uma missão histórica de transformação e modernização de Bragança, projetando-a para o futuro com visão e uma ambição sem limites, aliás, nem pode ser de outra maneira, e o mais surpreendente é o facto de continuarmos a ser brindados com obras e eventos de grande relevância e grande qualidade a um ritmo alucinante, eu diria mesmo quase inacreditável, quando neste período seria normal assistirmos a algum relaxamento, a algum abrandamento, até algum desgaste e algum cansaço próprios de um final de mandato, de um final de ciclo, mas assim não é.

----- Por outro lado também vemos que o investimento público tem registado uma quebra bastante acentuada, e também o investimento privado, mas o nosso Município está a dar exatamente o exemplo como se deve combater as dificuldades e como se devem conduzir os destinos das nossas instituições.

----- Ora, isto só é possível porque por algo muito raro em Portugal, de facto há coisas que, enfim, deviam ser mais frequentes, mas não são, falo obviamente na competência, na seriedade e na grande capacidade de trabalho de um líder que sabe o caminho e que vai à luta, sem medo de fracassar, porque tem confiança no futuro da sua terra, do seu país, isto é, acredita nas suas capacidades, faz acontecer as coisas, e reconhece o mérito a quem o tem, promovendo a auto estima coletiva e afirmando Bragança e os Bragançanos num contexto regional e nacional ao nível da cultura, da arte, do desporto, da ciência, da arquitetura, da tecnologia e da economia. Exemplo disso é o conjunto de obras que estão agora em curso, no ciclo difícil, mas mesmo assim elas continuam com grande dinâmica, e refiro-me obviamente

ao balcão único e a toda a envolvente, obra esta designada por reabilitação do trinta, em que, de facto, é uma obra de grande qualidade, uma obra, diria eu, de futuro, de nova geração, onde é que estão ali vertidas todas as componentes da construção de qualidade, designadamente em matéria de ambiente, ali, de facto, pode-se ver que existe o conceito de eco cidade e de eco construção, e esta assembleia, de facto, deve registar isso e deve acompanhar exatamente essa consciência, essa sensibilidade do nosso Município.

----- E, depois, poderia falar também no Brigantia EcoPark, de facto são duas obras que constituem a cereja no topo do bolo, e penso que sobre isto que há uma grande unanimidade, não faz sentido falar em modernização e em futuro sem dotarmos o Município de condições de trabalho de última geração, de condições de trabalho que permitam aos colaboradores da Câmara exercer bem a sua profissão e prestar um serviço de qualidade aos cidadãos. E, de facto, isto, enfim, é um pouco a continuidade deste longo ciclo de quinze anos, onde é que houve sempre a preocupação de deixar uma marca para o futuro, uma marca de uma nova arquitetura, uma arquitetura contemporânea que faz, de certa forma, uma ligação com o nosso património histórico e com a nossa arquitetura histórica, e isto, de facto, é desenvolver os territórios, promover a economia, porque, por esta via, potencia-se o turismo, potencia-se a visita de muitos alunos de arquitetura, de muitas pessoas associadas a este tipo de obras.....

----- Permitam-me que faça também uma referencia importante a uma área em que o Executivo tem dado particular atenção e tem sido o grande motor de estímulo e de impulso a esse setor, refiro-me obviamente à económica social, porque já não falo na economia indústria da cultura, porque são obras muito mais mediáticas e mais visíveis e que tem sido objeto de grandes elogios e que estão aqui muito próximas e que são promovidas diretamente pelo Município.

----- Dizia eu que de facto o Município tem sido exemplar também ao nível do apoio às nossas IPSS's, à chamada economia social. A economia social tem hoje, no nosso Concelho, um peso, ao nível de mercado de trabalho, de mais de mil pessoas a trabalhar na economia social, e isso, de facto, só tem sido possível graças à grande sensibilidade social deste Executivo, que tem estado sempre na linha da frente ao apoio às IPSS's, não só através do apoio financeiro direto, com uma almofada significativa, mas também através da cedência de parcelas de terreno, valiosas, em lugares nobres, não são em lugares de segunda, são em lugares de primeira, e têm feito um trabalho notável a esse nível, que não é tão visível como os outros trabalhos, e não só o trabalho de apoio direto através do financiamento e através da cedência de terrenos, mas também um trabalho invisível muito importante, que é um trabalho de concertação de algumas dificuldades de diálogo e de estabelecer pontes e abrir caminhos para algumas dificuldades, de fazer de interface entre os dirigentes das IPSS's, que são pessoas muito empenhadas e

muito esforçadas, mas que, por vezes, é preciso o apoio de alguém que tem uma visão diferente e que está num lugar em que, de facto, tem que ter essa missão, às vezes uma simples garantia bancária de uma IPSS atrapalha todo o processo, pois o Sr. Presidente está sempre disponível para interagir com os dirigentes das IPSS's e resolver essas coisas que parecem apenas detalhes, mas são importantes, sem elas as obras não se executam.....

----- E, para ser pragmático, não estamos aqui só a debitar palavras e retórica, gostaria de dar aqui três ou quatro exemplos, que vocês conhecem, em que, de facto, ilustram bem isto que acabei de dizer. Refiro-me obviamente à obra Social Padre Miguel, uma obra notável, com criação de muitos postos de trabalho, que dignifica o nosso Concelho, e obviamente só foi possível concretizá-la pela complementaridade do Município. Naturalmente que os dirigentes e a instituição em causa fizeram um esforço notável e um trabalho assinalável, mas sem o apoio do Município dificilmente seria possível concretizar uma obra com aquela dimensão.....

----- Depois posso falar também na ASCUDT, também vocês conhecem, posso falar no Centro Social dos Santos Mártires, posso falar no Centro Social de São Pedro e muitos outros.....

----- Isto responde um pouco também àquelas pessoas que procuram destacar a falta de sensibilidade social do nosso Município e a falta também de estímulo à economia, pois isto é economia, isto é economia, porque sem se fazerem as infra-estruturas não é possível criar trabalho, não é possível assistir àquelas camadas da população mais desfavorecidas, e isso o Grupo Municipal PSD não pode deixar passar em claro, e acompanha esta grande obra, desta importante área que o Município tem privilegiado, e por isso também nos devemos orgulhar, todos, destes equipamentos de qualidade, o que transforma certamente as nossas IPSS's, em termos de oferta de serviços, ao nível das melhores do País, devemos ter, de facto, orgulho das nossas IPSS's, dos seu líderes e deste importante trabalho que eu não me canso de saudar vivamente e de me congratular.

----- Se me permitem, uma última nota, e não direi que é puxar a brasa à minha sardinha, porque isto é uma sardinha de todos, não é uma sardinha minha nem da instituição a que eu estou ligado, e falo obviamente da Expo Trás-os-Montes que irá acontecer no próximo mês de maio, gostaria de pedir a participação de todos os Membros desta Assembleia, porque também é uma responsabilidade dos Membros desta Assembleia e dos Srs. Presidentes de Junta, valorizar estes eventos.

----- De facto a Expo Trás-os-Montes pretende afirmar-se como motor de dinamização da região, com uma visão de conjunto em todas as suas vertentes, quer mostrar a capacidade empreendedora da região, a capacidade inovadora dos empresários dos centros de investigação aqui instalados, quer

mostrar o que se faz de bem para conquistarmos novos mercados, para comunicarmos bem Trás-os-Montes, para vendermos bem a nossa região, para sermos os primeiros a valorizar aquilo que é nosso. ...

----- De facto a Expo Trás-os-Montes tem um conceito abrangente, que valoriza não só a fileira agro alimentar, mas transversalmente tudo o que se faz de bem em Trás-os-Montes, desde a cultura à educação, à investigação, à tecnologia, à arte, cremos que, de facto, que a Expo Trás-os-Montes seja um espelho de Trás-os-Montes positivo, e obviamente que sem a vossa participação, sem o vosso carinho e o vosso apoio estes eventos ficam mais pobres, por isso peço, em particular aos Srs. Presidentes de Junta, que mobilizem também os seus cidadãos, os jovens, os idosos, que organizem visitas à Expo Trás-os-Montes porque queremos que seja uma grande festa também de afirmação e de orgulho Transmontano e da nossa matriz identitária. Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Chamo o Sr. Presidente Domingos Seca.

----- **Domingos Seca** – Em primeiro lugar, bom dia a todos, Srs. Secretários, Srs. Presidente da Câmara, caros colegas, Sras. e Srs., Srs. caros autarcas, Público parece que não há, Imprensa também não. ---

----- Eu queria começar por pedir ao Sr. Presidente da Câmara que não deixe o pequeno lugar de Paradinha Velha sem saneamento, porque julgo que será o único lugar que irá ficar sem saneamento, no seu mandato, se isto acontecer, espero que haja um bocadinho de vontade, um bocadinho de esforço, para que aquele lugarejo fique com saneamento.

----- Queria pedir, ainda, que tivesse atenção, e também não é por aqui que gasta muito dinheiro, referi isto outra vez, ou mais que uma vez, a marcação da estrada Paradinha Nova /Calvelhe. Isto, há obras, por vezes, que nos parecem que nunca começam, mas neste momento vou-me congratular com o começo das obras da estrada de Paredes a Mós, portanto é uma iniciativa que deve agradar àquelas pessoas todas, é uma iniciativa que o Sr. Presidente da Câmara merece os meus parabéns, pelo facto daquela obra ter começado e tirar aquelas pessoas daquele suplício.

----- Obrigado.

----- **Secretário da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente da Junta.

----- Chama o Sr. Deputado Leonel.

----- **Leonel Fernandes** – Mais uma vez bom dia. Aquilo que trago aqui não é propriamente uma intervenção, era mais umas perguntas diretamente ao Sr. Presidente da Câmara, mas, de qualquer maneira, dizer que chegou ao conhecimento da CDU que os trabalhadores da empresa Number One estão com mais de um mês de salários em atraso e o subsídio de Natal também ainda não foi pago.

----- Esta empresa, segundo julgo saber, ganhou o concurso de concessão do serviço de limpeza de vários estabelecimentos do Município, depois da Câmara ter feito cessar o contrato anterior com a Conforlimpa, já em janeiro de 2012. Esta empresa Number One é uma empresa que faz parte do mesmo grupo da Conforlimpa, a mesma com quem já tinha sido feito cessar o contrato anterior, e esta, na altura, tinha três meses de salários em atraso exatamente aos mesmos trabalhadores que depois resolveu contratar.

----- Portanto esses mesmos trabalhadores pertencem agora a esta nova empresa, e o mau funcionamento da empresa, em termos de gestão, parece que contínua, quer dizer, tanto dá ser a Conforlimpa como a Number One.

----- Ora, num quadro de reconhecimento dramático para a vida da esmagadora maioria dos trabalhadores, particularmente daqueles com baixos rendimentos, chegar ao fim do mês e não receber o seu salário, é mais dramático ainda.

----- Tratando-se de um serviço que é prestado ao Município, e, que prestado, é pago pelo Município, como é lógico, como Membro desta Assembleia vinha perguntar ao Sr. Presidente se o Sr. Presidente tem conhecimento desta situação, se já tomou algumas medidas para tentar resolver esta situação, diretamente com a empresa, pressionando-a, de alguma forma. E se considera que, tendo em conta que é um serviço que precisa de ser prestado diariamente porque é um serviço efetivo ao Município, se não haveria formas de, uma vez por todas, acabar com este tipo de contratos de conceção e estas pessoas que fizessem parte efetivamente dos quadros do Município.

----- Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado.

----- E aproveito para pedir a todos os presentes que se mantenham na sala porque nós temos o quórum à justa, neste momento ausentaram-se vinte e tal membros, se sai mais algum nós temos que interromper os trabalhos porque não vamos continuar com os trabalhos sem quórum, agradeço que não se ausentem. Muito obrigado.

----- Chamo a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, de novo. Tenho pena que não esteja aqui o interlocutor do PSD que nos deu um ralhete de quase não intervirmos neste ponto da Ordem do Dia, que é o Estado e Vida do Município, mas, de facto, eu creio que às vezes o silêncio vale mais do que mil palavras, e neste caso o silêncio poderá, se calhar, querer dizer a falta de concordância com a forma como aquilo que o PSD acha que é uma marca da cidade, eu entendo que, se calhar, não é assim tanto, antes pelo contrário, poderá

ser o afundamento da cidade, e vou só identificar três ou quatro meia dúzia de pontos com os quais eu fundamento esta minha convicção.

----- De facto eu tenho chamado a este ponto da Ordem do Dia, do Estado e Vida do Município, o programa das Festas da Câmara. Se virmos e fizermos o rebobinar daquilo que foi apresentado resume-se essencialmente as duas grandes áreas: obras, obras, construção, construção e eventos, festas, inaugurações. E, eu não sou contra isso, atenção! Nomeadamente quanto à parte cultural revejo-me nessa perspetiva, mas acho e tenho dado nota, aqui nas minhas intervenções, que falta o ir mais além na projeção de para quê tanta obra, que é a dimensão social.

----- Eu interpreto este Estado e Vida do Município como a marca da megalomania, como a marca da construção massiva e em massa e o sobredimensionamento da cidade. Nós estamos a uma escala de uma grande cidade do litoral e não temos pessoas para viver a cidade, este é um ponto, não se vive a cidade, nós temos todos os equipamentos, todas as infra-estruturas, afinal de contas ainda falta alguma, que é o saneamento básico, que é básico, como o próprio nome indica, em algumas freguesias!

----- Mas falta também a preocupação com a coesão social. Nunca ouço falar na reabilitação da habitação coletiva, nomeadamente de pessoas que precisam de apoio na habitação, não ouço falar na capacitação das pessoas, não ouço falar na reabilitação, não ouço falar na regeneração.

----- E, já agora, que estamos, e que foi apresentado todo o leque da modernização administrativa, o que é que o Município tem feito para chamar as freguesias junto a si? E, nomeadamente, por exemplo, poder mutualizar recursos com as freguesias? Em vez das populações virem a Bragança, por exemplo, meter os seus requerimentos, e agora, que eu estive a ver nos documentos entregues pela Câmara, há o programa de o iPaper ou da desmaterialização documental, que formação é dada às populações para que possam beneficiar disso? Qual é a mutualização que tem sido feita com as freguesias para que nas freguesias as populações possam, em vez de se deslocarem a Bragança, para fazê-lo diretamente, nomeadamente a Câmara deixar lá dois ou três computadores, dar formação aos presidentes de Junta, dar formação às juntas, para podermos ter ganhos efetivamente dos investimentos que fazemos.

----- Falava, o Sr. Membro Malhão, na grande mais valia que são as IPSS's. É verdade! Mas, em primeiro lugar, é investimento privado, não podemos esquecer, e a Câmara tem dado apoio, deve fazê-lo, mas porque não vai mais além? Por exemplo, em Espanha, numa aldeia aqui bem perto, ainda ontem atestámos isso, Rabanales, perto de Alcanices, as pessoas estão efetivamente nos seus centros de dia, nas suas associações, mas há protocolos dos municípios com restaurantes, com agências de viagem, põem as pessoas a circular, põem os mais idosos a viver a sua vida, a dar-lhes qualidade de vida. A vertente social está constantemente esquecida por este Município.

----- Aqui, na Assembleia de dezembro, fiz uma sugestão, nomeadamente qual a política para a educação, qual a política para a saúde, já se vê noutros municípios, nomeadamente Gaia, nomeadamente no Porto, o custeio, por parte do município, de todas as vacinas que não fazem parte do programa nacional de vacinação. Tive, há dois meses, uma bebé e fui-me confrontada com mais uma vacina que foi retirada do plano nacional de vacinação, uma da meningite, eram duas doses, agora só há uma dose. Gaia, Porto, estão a custear essa vacina, aos pais.

----- Manuais escolares, porque não dá-los gratuitamente até ao fim do ensino básico ou complementar? Quais são as políticas da cidade?

----- Portanto eu vejo, nesta atividade que a Câmara está a desencadear, grandes investimentos, grandes infra-estruturas, mas que estão votadas à ... eu costumo brincar, eu costumo dizer, nesta altura, na construção, temos mais casas sem gente do que gente sem casa, e eu acho que vamos ter mais obras sem cidade e cidade sem gente, despovoada.

----- Obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Sr. Presidente, deseja dar alguma resposta?

----- Faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado.

----- Respondendo ao Sr. Deputado Rui Correia - A Câmara Municipal tomou posição pública junto do Governo, relativamente à alteração da área territorial de intervenção do Centro de Formação Profissional, na altura que houve a reorganização e a integração do Centro de Formação Profissional com o Instituto de Emprego, foi diminuída a área do Centro de Formação Profissional de Bragança.

----- Tomámos posição pública, com alguma dureza, considerando essa divisão completamente irracional, feita sem critério de planeamento, e exigíamos a sua revisão urgente.

----- A informação que nos foi dada, mas ainda não concretizada, é que essa revisão seria feita.

----- Tratou-se de uma divisão feita à medida de interesses dotados de uma pouca visão, relacionada com a questão das CIM's, portanto esteve tudo à volta dessa trapalhada que o Governo criou, sem que uma verdadeira reforma para o território fosse pensada, lamentavelmente este processo foi apanhado nesse processo, nós reagimos junto do Primeiro-ministro. A tomada de posição está no site da Câmara e em ata de reunião de Câmara.

----- Queria dar uma nota relativa ao alargamento da estrada de Mós/Valverde/Paredes, cujo início de execução está prevista no Plano de Atividades e Orçamento do ano 2013, e que agora iniciamos. Na Ribeira junto a Valverde vai ser necessário construir uma nova ponte, altear o perfil, obra que será feita

em fase posterior, o projeto tem que ser desenvolvido, porque a estrutura atual não aguenta um prolongamento do alargamento, e por isso se deve aproveitar para melhorar o perfil longitudinal, e depois de concluído este alargamento, pensamos ser possível transferir o pessoal e o equipamento para a estrada que vem de nacional 217 a Pinela, e de Pinela ao nó da A4 em Rossas. Trata-se igualmente de uma ligação importante para a parte Sul do Concelho.....

----- Ainda no campo das pavimentações e repavimentações de estradas, queria dar nota de que estão prestes a iniciar alguns trabalhos nas freguesias, designadamente a pavimentação do caminho municipal entre Fontes Barrosas e Formil; a repavimentação do caminho municipal para Moredo, o acesso à aldeia de Freixeda; a pavimentação da estrada municipal de ligação de Coelhoso ao rio Sabor, a repavimentação da estrada de Carocedo a Grijó de Parada, e do cruzamento para Freixedelo. Também a pavimentação do alargamento e a repavimentação geral da estrada municipal para Baçal, e para Varge; estando a decorrer o processo de concurso para a pavimentação do caminho municipal para Laviados.

----- Questão levantada pelo Sr. Deputado Leonel, relacionada com pagamentos por parte da empresa Number One – recentemente, manifestei preocupação junto do Departamento de Administração Geral e Financeira, para que reunissem com a empresa e a informação que me transmitiram é que a situação estava em regularização, ou já regularizada, fica assim o registo de preocupação como uma intervenção adicional da minha parte, sendo que o Município paga todos os meses, esse tipo de serviços, assim como: transportes escolares; serviços de limpeza; serviços de manutenção urbana, na parte de jardins; serviços de segurança.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Terminámos este ponto, passamos ao ponto seguinte.

-----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Não estava inscrito! Faça o favor, tem a palavra.

----- **Rui Correia** - Muito obrigado.

----- Eu venho aqui apresentar uma Moção relativa a esta situação do IEFP, que coloquei ao Sr. Presidente, como referi, de facto, na altura não me dei conta desta situação, pedi esclarecimentos à Autarquia, e neste ponto pedi ao Sr. Presidente que nos dissesse a todos, que alguns poderiam estar distraídos como eu, se calhar, não acredito, mas pronto, e eu não estava, de facto, documentado e eu vou apresentar agora a Moção, depois das palavras do Sr. Presidente.

“MOÇÃO

----- A Portaria n.º 319/2013, de 12 de outubro que veio desenvolver o Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho apresentou-nos um novo figurino na organização interna do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional. -----

----- Esta reorganização desintegrou a área territorial de intervenção do IEFP de Bragança, transferindo alguns dos concelhos do distrito para outras unidades orgânicas, a saber: para Vila Real passaram Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo (bem como Vila Nova de Foz Coa); para Chaves, passaram Mirandela, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor. -----

----- A Autarquia reagiu à supra citada Portaria, considerando inaceitável que tenha sido tomada esta posição meramente política-administrativa que, e passo a citar, “ agride o povo de um território, decisão tomada nas suas costas, sem discussão, desprovida de uma visão de coesão e desenvolvimento do território.” -----

----- Acrescentando:-----

----- “ Com iniciativas destas não se incute confiança, visão de futuro e sentido de responsabilidade”.

----- Assim, e tendo em conta que até ao momento não houve qualquer alteração da referida Portaria, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 26 de abril de 2013, vem solicitar ao Exmo. Sr. Ministro da Economia e do Emprego que reformule o texto da Portaria, no que à reorganização das áreas de intervenção dos centros do IEFP diz respeito, para que não divida o pouco que existe, divisão essa baseada em critérios desconhecidos, ou, a existirem, nada razoáveis, repondo a anterior área de intervenção do IEFP de Bragança, a tempo da preparação do próximo ano letivo. -----

----- A enviar ao Exmo. Sr. Primeiro Ministro, ao Ministro da Economia e do Emprego e ao Presidente do IEFP.-----

----- a) Rui Correia”. -----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Deputado.. -----

----- Inscrições para pedidos de esclarecimento? Ou intervenções? -----

----- Para pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pires.-----

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, novamente. -----

----- Meu caro Rui, há duas assembleias consecutivas que eu trago aqui temas dessa índole, critiquei essa situação, fiz analogias com essa situação e com a situação que se está a passar na justiça, eu vou usar um termo informal, sem qualquer tipo de negativismo, que é, fui desancado pela vossa bancada relativamente a esse tema! Desancado! E agora, tarde, a más horas, vocês vêm com uma proposta destas, e na altura não tiveram, não é seriedade, não é, porque vocês são sérios, eu acho que toda a gente aqui é séria, mas não tiveram a capacidade de perceber que quando apresentámos soluções, que

não as apresentámos apenas por politiquice, mas sim porque defendemos o interesse das populações, e consideramos essa situação absurda. Eu dei um exemplo de quem faz a divisão em Lisboa, num gabinete , não sabe quais são as relações que existem, há séculos, entre populações, que não é o caso de mandar, por exemplo, as pessoas da Alfandega a tratar dos seus assuntos para Vila Flor, quando não há transportes públicos! Porque não sabem! É feito no Google! Eu trouxe isso aqui, e pasme-se! Agora vem-nos aqui com esta Moção. É obvio que nós votamos a favor, não é isso, não vamos por aí, sejamos sérios, senão não vale a pena estarmos aqui, ok!, é só este ponto que eu quero referir, e estamos com vocês nesse ponto.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Quer direito de resposta? Tem a palavra, Rui, faça o favor.

----- **Rui Correia** – Amigo Luís, do mesmo modo, de facto, na última eu faltei, na anterior eu não estava ou não estava atento, ou não estava na sala, mas, de facto, quando foram essas iniciativas da tua parte com certeza, e eu normalmente na Assembleia estou desde o principio ao fim, teria tomado nota com certeza, portanto peço desculpa, esta minha iniciativa, tal como referiu o meu companheiro Eduardo Malhão, mais vale tarde do que nunca, mas, de facto, não tenho presente que tenha sido apresentada da vossa parte, como pessoas sérias e preocupadas com os problemas da população, uma proposta que fosse neste sentido, tão concreta, porque às vezes as Moções perdem-se em palavreado muito técnico e procura-se, às vezes, meter no meio dum assunto mais sério outro assunto para ver se passa, e depois isso politicamente sabem que é complicado, se as propostas forem mais objetivas todos temos muito a ganhar. Obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Não vejo inscrições para intervenções, passamos à votação desta Moção.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Declarações de voto?

----- Vítor Pereira, tem a palavra.

----- **Vítor Pereira** – Bom dia a todos, cumprimentar-vos, naturalmente, Executivo, cara Mesa, caros deputados, Comunicação Social, muito bom dia.....

----- Eu venho, de certa maneira, reafirmar e reforçar, que é o termo exato, as palavras do Luís Pires, porque efetivamente há muitas coisas que se passam nesta Assembleia que, por vezes, ou andamos

distraídos ou então muitas das vezes não estamos cá, ou, outras vezes, passam-nos ao lado as coisas muito sérias, como o Rui acabou por reconhecer. É que, nós, na altura que isto sucedeu, eu lembro-me que isto já foi há cerca de um ano e tal, eu lembro-me que o nosso líder parlamentar realçou aqui a importância, ou a não importância, antes pelo contrário, desta divisão que se fez a régua e esquadro no Terreiro do Paço, lá para as bandas de Lisboa, e portanto eu não vi, ao contrário do que fez, por exemplo, a Federação Distrital do Partido Socialista, que denunciou publicamente o atentado que nos estavam a fazer em termos territoriais, e eu não vi o PSD local, nem o PSD Distrital reagir a isto. E pasme-se! Agora apresentam-nos uma Moção destas! Isto não é fazer política séria, isto é flutuar ao sabor do vento.

----- Tenho dito. Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Alguém mais deseja fazer declaração de voto? Faça o favor.

----- **Rui Correia** – Obrigado. Acho bem esta votação, foi bastante bom, não posso admitir é dizer que só o PS é que faz política séria, não são vocês só que fazem política séria, nós também fazemos, portanto acho que essas palavras não ficaram bem ao Vítor e portanto acho que devias começar a medir as palavras. Obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado.....

----- Não há mais ninguém interessado em fazer declaração de voto?

----- Passamos ao ponto seguinte.

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 – Aquisição de prédio rústico sito na Zona Industrial das Cantarias - Inscrito na matriz predial respetiva da freguesia de Gostei sob o artigo 1018 - Para declaração de nulidade da deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada em sessão de 27 de abril de 2012;

-----Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição.

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de março do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente,

António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO SITO NA ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS - INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL RESPECTIVA DA FREGUESIA DE GOSTEI SOB O ARTIGO 1018

Pela Divisão de Administração Financeira, foi presente a seguinte informação, elaborada pela Assessoria Jurídica Municipal:

Considerando que, no âmbito do procedimento administrativo de aquisição dos prédios destinados à expansão da Zona Industrial das Cantarias, foi considerado, com base na inscrição matricial respetiva, que o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 1018, da Freguesia de Gostei, era pertença de Jacinta do Menino de Jesus Jorge;

Considerando que, a Câmara Municipal de Bragança, no exercício da competência conferida pela alínea c) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em reunião ordinária de 09 de janeiro de 2012, aprovou a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação do referido prédio rústico, para expansão da Zona Industrial das Cantarias, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Código de Expropriações;

Considerando que dando continuidade ao procedimento, se procedeu à notificação da munícipe, Jacinta do Menino de Jesus Jorge, da resolução de requerer a declaração de utilidade pública e da proposta de aquisição, por via do direito privado, do prédio rústico, pelo montante de €63 256,28, tendo por referência o valor de €7,66 por m²;

Considerando que, na falta de resposta, a Câmara Municipal, na sua reunião de 26 de março de 2012, tomou a deliberação de requerer junto da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública e a concessão de posse administrativa do prédio em referência, a qual veio a ser aprovada, por deliberação deste órgão, de vinte e sete de abril de 2012;

Considerando que, subsequentemente a esta data, foi dado constatar aos Serviços Municipais que o prédio rústico havia sido registado na Conservatória do Registo Predial de Bragança, sob o n.º 1278, no dia 26 de março de 2012, em nome de Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua, entre si casados, com base em escritura de justificação por usucapião que abrange 23 prédios;

Considerando que, o registo definitivo constitui presunção de que o direito existe e pertence ao titular inscrito, nos precisos termos em que o registo o define, por força do disposto no artigo 7.º do Código de Registo Predial e que, invocada a usucapião, os seus efeitos retrotraem-se à data de início da

posse, a qual se considera como momento de aquisição da propriedade, por determinação expressa da alínea c) do artigo 1317.º do mesmo Código;

Considerando que, na falta de prova em contrário, se deve, assim, dar como provado no procedimento, a titularidade do prédio rústico a favor dos munícipes, Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua, à data da deliberação da Câmara Municipal de 26 de março de 2012;

Considerando que, os referidos munícipes não foram notificados, na qualidade de proprietários, da resolução de requerer a declaração de utilidade pública e da proposta de aquisição do prédio, por via de direito privado;

Considerando que, não estavam, assim, reunidos, à data da deliberação da Câmara Municipal de 26 de março de 2012, os pressupostos vinculativamente exigidos no n.º 6 do artigo 11.º do Código de Expropriações, para a tomada da deliberação de requerer, junto da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública e de concessão de posse administrativa do prédio em referência;

Considerando que, a deliberação da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2012 é um ato consequente da deliberação da Câmara Municipal de 26 de março de 2012, importado a revogação desta a nulidade daquela, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo;

Submete-se à Câmara Municipal, as propostas de deliberação de revogação da deliberação de 26 de março de 2012, de requerer a declaração de utilidade pública e a concessão de posse administrativa do prédio rústico inscrito na matriz predial respetiva da Freguesia de Gostei sob o artigo 1018 e descrito na CRP sob o n.º 1278, de solicitação à Assembleia Municipal da declaração de nulidade da deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada na reunião de 27 de abril de 2012 e de notificação dos munícipes, Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua, para efeitos de celebração de contrato de promessa de aquisição do prédio, pelo montante de €63 256,28, tendo por referência o valor de €7,66 por m2.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias e uma abstenção, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, revogar a deliberação de 26 de março de 2012, na qual foi declarada a utilidade pública e a concessão de posse administrativa do prédio rústico inscrito na matriz predial respetiva da Freguesia de Gostei sob o artigo 1018 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1278.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, solicitar à Assembleia Municipal a declaração de nulidade da deliberação de declaração de utilidade pública e concessão de posse administrativa do referido prédio, tomada em sessão de 27 de abril de 2012.

Por último, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, que se proceda à notificação dos munícipes, Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua, para efeitos de celebração de contrato de promessa de aquisição do prédio, pelo montante de €63 256,28, tendo por referência o valor de €7,66 por m2.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, deseja prestar algum esclarecimento?

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Sr. Leonel Fernandes, para um ponto de Ordem à Mesa.

----- **Leonel Fernandes** – Eu pedi um Ponto de Ordem à Mesa, pelo seguinte, antes de passarmos aos pontos seguintes, devia-se dar por terminada a Moção que se iniciou de manhã, que foi... ..

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Do seu ponto?

----- **Leonel Fernandes** – Exatamente, porque entretanto, enquanto se foi a tratar da Moção, o Sr. Presidente fez a apresentação, e muito bem, para não perdermos tempo, portanto acho que se devia fazer agora.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Se já está concluída, passamos então à moção.....

----- **Leonel Fernandes** – Pronto, então naquilo que ficou mais ou menos assente, a moção, neste momento, ficaria com:

----- “Ponto 1 – Exigir do Governo medidas de discriminação positiva, urgentes, na Fiscalidade, nomeadamente, na redução do IVA, na reposição dos apoios à interioridade, particularmente o IRC, o acesso ao Crédito, o apoio ao Investimento com programas adequados do QREN e em especial para o Comércio, na Justiça, não a afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial, e no Apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contributiva suficiente.....

----- Ponto 2 – Recomendar ao Executivo Municipal que promova a criação de um Conselho Municipal para as Atividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais, comerciais e sindicais do setor, com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade

de cada setor, para definição de estratégias de desenvolvimento e apoio às decisões a assumir pelo Município.

----- *Acho que este Conselho Económico, sendo possível em termos legais, que também ajudaria o Executivo depois em toda a estratégia que entendesse.*

----- Ponto 3 – Enviar esta moção ao Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Associação Comercial Industrial e de Serviços de Bragança, Núcleo Empresarial de Bragança e Comunicação Social”

----- Assim termino:

----- **Segue-se o texto completo da Moção.**

“MOÇÃO

----- O tecido económico do concelho, em particular da cidade de Bragança é caracterizado por uma significativa densidade de estabelecimentos do comércio tradicional, de restauração e hotelaria, de pequenas indústrias, do ramo automóvel, de serviços (farmácias, cabeleireiros, gabinetes de contabilidade e projeto, clínicas, ginásios, etc.), entre outros.

----- Todos estes setores estão a passar por uma fase muito difícil, resultante do cada vez mais reduzido poder de compra das populações, do agravamento da carga fiscal, nomeadamente com o IVA a 23 %, da nova Lei do Arrendamento Comercial, permitindo aumentos inaceitáveis de rendas e facilidades de despejo.

----- As linhas de crédito anunciadas, embora a banca venha dizer que não falta dinheiro, estão longe de permitir o acesso dos micro, pequenos e médios empresários ao crédito por aplicação de taxas de juros proibitivas. A Justiça continua onerosa e demorada. O há muito reclamado Apoio Social em caso de insolvência ou encerramento forçado, contemplado no Orçamento do Estado para 2013, veio acompanhado do aumento da TSU de 29,60 % para 34,75%, e possível utilização só a partir de 2015!

----- Apesar das principais medidas passarem por políticas nacionais, o Município, no exercício das suas competências, deve dar um contributo para a defesa e dinamização das micro, pequenas e médias empresas. Nomeadamente em termos da derrama, das taxas e tarifas, da percentagem do IMI a cobrar, dos horários do comércio, da segurança, da animação das zonas comerciais de cada núcleo urbano, nomeadamente no Natal, da limpeza urbana, do embelezamento os espaços, da redução das taxas dos reclamos, toldos, esplanadas e outra ocupação da via pública, bem como de todos os regulamentos

relativos às atividades industriais e comerciais e, não menos importante, o pagamento sempre atempado de serviços e bens adquiridos às empresas da região.....

----- **Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 26 de abril de 2013, decide:**

----- 1 – Exigir do Governo medidas de discriminação positiva, urgentes, na Fiscalidade, nomeadamente, na redução do IVA, na reposição dos apoios à interioridade, particularmente o IRC, o acesso ao Crédito, o apoio ao Investimento com programas adequados do QREN e em especial para o Comércio, na Justiça, não a afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial, e no Apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contributiva suficiente.....

----- 2 – Recomendar ao Executivo Municipal que promova a criação de um Conselho Municipal para as Atividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais, comerciais e sindicais do setor, com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade de cada setor, para definição de estratégias de desenvolvimento e apoio às decisões a assumir pelo Município.....

----- 3 – Enviar esta moção ao Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Associação Comercial Industrial e de Serviços de Bragança, Núcleo Empresarial de Bragança e Comunicação Social.....

O eleito da CDU,

a) Leonel Fernandes”

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Depois disto, nós só vamos proceder à votação e nada mais.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Declarações de voto?

----- Faça o favor, Sr. António Malhão.

----- **António Malhão** – O Grupo Municipal do PSD regista e saúda que da parte da CDU haja tão grande sensibilidade para as empresas e para a área económica, fica-lhe muito bem isso, porque penso que devemos puxar todos para o mesmo lado, e por isso congratulamo-nos por esta Moção, porque vai de encontro também àquilo que tem sido também as nossas reivindicações e as nossas posições públicas. Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Outra declaração de voto. Faça favor, Sr. Leonel.

----- **Leonel Fernandes** – Bom, a CDU regista com agrado a aprovação desta Moção e fica demonstrado que os Membros desta AM para além das suas convicções políticas sabem gerar consensos quando estão em causa as coisas superiores ou de superior interesse da população e do Concelho que representam. Com certeza que os empresários, comerciantes e a população do Concelho, saberão reconhecer a atitude que aqui foi hoje tomada.

----- Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Há mais alguém que deseje fazer declaração de voto? Não há.

----- Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado. Antes de me referir expressamente a este ponto quero pedir desculpa ao Sr. Presidente da Junta de Paradinha Nova porque não respondi às suas questões, foi um lapso. -

----- Relativamente ao saneamento, confesso que não temos condições, no Orçamento deste ano, para ir ao encontro dessa pretensão.

----- A marcação da estrada acho que sim, vamos, não temos previsto nenhuma empreitada para a área rural na marcação de estradas, mas temos previsto fazer uma consulta para marcações na cidade e vamos incluir essa estrada nesse concurso, assim como a estrada municipal entre Parada e Coelhooso.

----- Relativamente ao ponto em discussão, a Câmara Municipal em reunião ordinária de 9 de janeiro de 2012, aprovou a resolução de requer a declaração de utilidade pública de expropriação de um prédio rústico para expansão da Zona Industrial das Cantarias, solicitou à AM que fosse autorizada a declaração de utilidade pública e consequente posse administrativa, no entanto veio a verificar que no dia 27 de abril de 2012, a Sessão da AM foi a 26 de março de 2012, que no dia 27 de abril de 2012, foi feita uma escritura de justificação por usucapião, de vinte e três prédios no qual estava incluído o prédio em causa. Comprovou que o procedimento de registo do prédio rústico a favor dos proprietários Alzira Lúcia Jorge e Elias do Nascimento Rua era válido e por isso decidiu alterar a sua deliberação e propor à AM no sentido de proceder à declaração de nulidade da deliberação da declaração de utilidade pública e de concessão de posse administrativa do referido prédio, deliberação que foi tomada na Sessão da AM de 27 de abril de 2012.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Inscrições para pedidos de esclarecimento? Não há.

----- Inscrições para intervenções? Também não há inscrições.

----- Sendo assim passamos à votação.

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E CINQUENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.

----- Primeiro Secretário da Mesa – Declarações de voto?

----- Ana Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Obviamente isto tinha que ser assim, trata-se, de facto, de um ato de carácter pessoal e portanto estava em causa a legitimidade e o titular do prédio, e tem que se repetir o procedimento. Agora eu só queria, de facto, estando em causa o bem, quando se der início a nova resolução de requer a utilidade pública a favor destas pessoas, queria alertar o Sr. Presidente da Câmara, talvez possa ter aí algum ganho, que tendo em conta a desvalorização dos prédios no mercado desde então até á presente data, de na avaliação e na proposta do valor a indemnizar de ter em conta o valor de mercado, a evolução de valor de mercado, e obviamente tratar como um processo distinto e não oferecer tal qual aquilo que foi oferecido ao ouro proprietário, para menos ou para mais, portanto fazendo, digamos assim, a avaliação do caso concreto e não transpondo para a nova situação todos os atos que já tinham sido praticados pela Câmara. Obrigado.

----- Primeiro Secretário da Mesa – Há mais alguém que queira fazer declaração de voto?

----- Então passamos para o ponto seguinte.

PONTO 4.2.2 - Aquisição de serviços para elaboração do material divulgativo e promocional, preparação de conteúdos para a página web e tradução de documentos do projeto “clt2012/vol121/precristian traditions - masquerades” – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição.

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e treze, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Vice-Presidente, Rui Afonso Cepeda Caseiro, que Presidiu à Reunião, em virtude do Sr. Presidente, se encontrar de férias; e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes

Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIVULGATIVO E PROMOCIONAL, PREPARAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA A PÁGINA WEB E TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS DO PROJETO “CLT2012/VOL121/PRE-CRISTIAN TRADITIONS - MASQUERADES” – Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia pela Assembleia Municipal

Pelo Sr. Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Educação, Cultura e Ação Social:

No âmbito da promoção das atividades previstas no projeto “CLT2012/Vol121/Pre-Cristian Traditions - Masquerades” financiado pela União Europeia através da ação Strand 1.2.1 do “Programa Cultura 2007-2013”, torna-se necessário proceder à aquisição de serviços para elaboração do material divulgativo e promocional, preparação de conteúdos para a página web do projeto na parte correspondente ao Município de Bragança e tradução de documentos do projeto “CLT2012/Vol121/Pre-Cristian Traditions - Masquerades”.

O valor global estimado é de 18.000,00€ (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, reportando-se o montante de 8.100,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao ano económico de 2013 e o montante de 9.900,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao ano económico de 2014.

Dado que a despesa implica a assunção de compromisso plurianual a mesma está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, nos termos do estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara, deseja prestar aqui algum esclarecimento adicional? Não.

----- Pedidos de esclarecimento?.....

----- Faça o favor, Sr. Deputado Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento, é assim, o âmbito desta aquisição, eu percebo que ela vem aqui porque é plurianual, e como tal aquilo que se exige ou que se necessita da Assembleia é apenas a aprovação por ser plurianual. No entanto há duas ou três questões que eu gostava de saber, é se já tem alguém em vista para fazer a aquisição dos serviços, e nesse sentido também ver que há aqui uma... eu acho que há aqui duas abordagens distintas, porque uma é uma empresa que tenha competências, que tenho “noau” para fornecer documentos que possam ser inseridos na página Web, mas por outro lado também é solicitada a tradução, que é num âmbito completamente distinto de recolher apenas os elementos para a pagina Web, portanto acho que há aqui duas vertentes e portanto voltando à primeira parte, da empresa, se já há alguma empresa que tenha estas duas capacidades conjuntamente identificadas. É só isso.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Mais pedidos de esclarecimento? Não há mais pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções? Não há.....

----- Sr. Presidente da Câmara deseja prestar algum esclarecimento? Faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** – Trata-se de um valor negociado já com uma empresa, IRMA, a empresa Espanhola que elaborou a candidatura ao programa Cultura 2000, acompanhou todo o processo, domina plenamente os termos da candidatura, conhece bem os parceiros da candidatura, neste caso quem lidera a candidatura é o Município de Bragança, tendo parceiros em Espanha, em Itália e também na República Checa, o valor vai ser contratado com essa empresa, e é um pacote, todas as traduções, os contactos, organização, assume alguma complexidade, é uma área nova de trabalho e não dispomos no Município de competências capazes, de forma estruturada e coerente, de garantir os procedimentos que viabilizem com êxito a apresentação dos documentos justificativos de forma devidamente estruturada que nos permitam o reembolso dos valores da candidatura.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Passamos à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE CINQUENTA E NOVE MEMBROS PRESENTES.**

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Agora sim, passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.2.3 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012 e proposta de aplicação de resultados.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição.

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2012 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo Sr. Presidente, foram presentes, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2012 apresenta um ativo líquido no valor de 204.781.600,57€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante. A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 27.167.501,51€ e proveitos no montante de 29.015.844.41€, originando um resultado líquido do exercício positivo de 1.848.342,90€.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2012, os seguintes valores: Um total de recebimentos no valor de 37.212.778,84€, que compreendem 1.671.094,51€ do saldo da gerência anterior, 34.303.666,11€ de receita orçamental (receitas correntes no montante de 22.182.379,45€, receitas de capital no montante de 12.105.564,57€ e o valor de 15.722,09€ relativo a outras receitas) e 1.238.018,22€ de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 35.733.403,89€, correspondendo 34.326.495,46€ a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 19.070.464,86€ e 15.256.030,60€ de despesas de capital), e 1.406.908,43€ relativos a operações de tesouraria.

Estes valores evidenciam um saldo de 1.479.374,95€ a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 161.167,82€ referente à execução orçamental e 1.318.207,13€ referente a operações de tesouraria. Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 1.848.342,90€, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 92.417,15€ e o restante no valor de 1.755.925,75€ para reforço do Património.

De seguida o Sr. Presidente procedeu à apresentação do documento de forma sucinta:

APRESENTAÇÃO

A execução orçamental foi de 82,78%, um elevado nível de execução, comparativamente à média no País, próxima dos 60%. A boa execução deve-se ao rigor na previsão das receitas e na execução orçamental resultante de uma adequada ação de planeamento e controlo da realização.

Foi garantido o equilíbrio orçamental, ou seja, garantidos os recursos necessários para cobrir todas as despesas. As receitas brutas correntes superaram as despesas correntes, libertando recursos para aumentar o investimento. Salienta-se com a necessária relevância, o facto de no exercício de 2012, tal como nos dois anteriores, não terem sido aumentadas taxas e tarifas, as taxas de IMI têm sido diminuídas e não ser aplicada taxa de derrama às empresas.

Como elementos positivos do lado da despesa, salienta-se a diminuição da despesa corrente em 9,00%, e o aumento da despesa de capital em 39,61%, sendo o investimento financiado em 62,26% por Fundos Comunitários.

A dívida total do Município (curto, médio e longo prazo) diminuiu 9,11%, sendo a estrutura da dívida de 58,88% no médio e longo prazo e 41,12% de curto prazo. A dívida representa 32,29% da

receita global, contra 105% no ano de 1997, sendo proporcionalmente 3,25 vezes inferior à de há quinze anos atrás. Fizemos o caminho da formiga, percurso inverso ao que o País fez, que aumentou a dívida pública em 90% numa só década, estando atualmente nos 120 % do PIB, dívida que é três vezes superior à receita anual do Orçamento de Estado. Saliento que a dívida per capita do Município é a mais baixa de entre os municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, duas vezes e meia inferior à média nacional; quatro vezes e meia inferior à média do Distrito.

O património do Município aumentou 5,3 milhões de euros, subindo de 64,6 milhões de euros no ano de 2002 para o valor global de 204,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012. O grande crescimento do património do Município deve-se ao forte ciclo de investimento feito na última década e meia (entre 1997 e 2012, e que envolveu um investimento global de 266 milhões de euros).

O resultado líquido do exercício económico de 2012 é positivo com o valor de 1,8 milhões de euros, que será aplicado em reservas legais e para o reforço do património. O Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal evidenciam uma boa taxa de execução, com variados e bons investimentos, que servem o desenvolvimento social e económico do Concelho, a qualidade de vida e bem estar dos cidadãos, investimento que os cidadãos apreciam de forma positiva.

Foram apoiados diversos projetos de investimento e o funcionamento corrente, de instituições sociais, humanitárias, religiosas e movimento associativo, contribuindo para os bons resultados sociais destas entidades no apoio direto aos cidadãos, apoio que complementa de forma muito significativa a intervenção pública em setores relevantes como a cidadania, as áreas sociais, humanitárias e religiosas, também o movimento associativo cultural, desportivo e recreativo, beneficiou de apoios significativos do Município.

Com as Juntas de Freguesia foi mantido um ativo relacionamento de cooperação no plano logístico, técnico e financeiro, que em conjunto tem garantido a execução de uma obra que dignifica o poder local, fortalece a cidadania, garantindo resposta possível e adequada às solicitações dos cidadãos.

Quanto ao funcionamento dos serviços municipais, destaca-se a prioridade concedida no âmbito dos projetos de modernização administrativa com vista a assegurar melhor serviço público, maior produtividade e eficiência global dos serviços. Ao longo do ano foram certificados os Serviços de Atendimento; Obras Particulares; Recursos Humanos; Aprovisionamento e Gestão de Sistemas de Informação.

No final do ano foi aprovada uma nova Reorganização de Serviços Municipais que envolveu a redução do número de chefias e a aprovação de organigrama que responde à internalização das atividades das empresas municipais em fase de dissolução e prepara os serviços para um novo ciclo de

gestão municipal, que inclui mais manutenção, menos investimento e mais promoção económica e social.

Os trabalhadores do Município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de responsabilidade, apesar dos sacrifícios que lhes estão a ser impostos em termos de cortes salariais para cumprimentos dos acordos de ajustamento na despesa pública exigidos pela TROIKA, cumprindo com os objetivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da atividade do Município, garantindo regularidade e legalidade na ação conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas pelo que, em nome da Câmara Municipal quero deixar a todos o necessário agradecimento, em particular às chefias que têm compreendido as orientações do Executivo Municipal e as tem transmitido corretamente aos vários setores.

Também uma nota de reconhecimento aos prestadores de serviços e fornecedores de bens, às empresas e às Instituições com as quais o Município mais se relaciona, assim como aos outros níveis de administração política como seja a Administração Central e em particular as Juntas de Freguesia que conosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira, económica e social e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido encerrar a atividade do ano de 2012 com resultados positivos nas contas, na redução da dívida global, com importantes investimentos em execução e com regularidade administrativa e financeira, cumprindo com os normativos legais, em síntese, com uma imagem global positiva que perante os cidadãos e o país, dignifica a Instituição e o Poder Local Democrático.

Devo salientar que no âmbito das reuniões de Câmara Municipal, a regularidade, ponderação e a procura das melhores opções esteve sempre presente nas resoluções tomadas, que garantiram a regularidade em termos administrativos e legais. Os Vereadores a Tempo Inteiro, com competências delegadas, assumiram com elevado sentido de responsabilidade e grande empenho as complexas e amplas tarefas no quadro da gestão política e operacional.

Pelo exposto, considerando que os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício estão corretamente elaborados e fundamentados, que a legalidade foi cumprida ao longo do exercício e que o resultado global é positivo, proponho a sua aprovação, bem como a sua submissão, para apreciação e votação, da Assembleia Municipal.

Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à votação, tendo os Srs. Vereadores, apresentado as seguintes Declarações de Voto:

Intervenção do Sr. Vice- Presidente, Rui Caseiro

Os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2012 traduzem, acima de tudo um elevado rigor na gestão do orçamento, demonstrando com clareza a preocupação do executivo com o equilíbrio das contas do Município.

Da análise à execução orçamental de 2012 devo realçar a boa execução a nível das receitas correntes (95,27%), apesar da crise vivida. De realçar também a atitude inteligente de direcionar receitas correntes (14%) para despesas de capital, reforçando a receita de capital em 26%. Graças a este procedimento foi possível, em 2012, concretizar e iniciar um conjunto de investimentos estruturantes e fundamentais para o futuro da sociedade brigantina, com especial destaque para alguns investimentos na área económica como são o Parque de Ciência e Tecnologia (Brigantia Ecopark), o Recinto de Valorização das Raças Autóctones e o Recinto da Feira. Apesar do elevado investimento efetuado no ano de 2012, a dívida do Município diminuiu e o património aumentou. De registar também o esforço do executivo e dos trabalhadores no sentido de qualificar os serviços de atendimento ao público tanto a nível de procedimentos como de espaços criados (balcão único).

O relatório traduz naturalmente o empenho, compreensão e participação de todos os trabalhadores do município, na concretização de um conjunto vasto de atividades, que contribuem para o bem-estar dos Bragançanos.

Voto favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012.

Intervenção da Sra. Vereadora, Fátima Fernandes

Declaração de voto – A favor

O documento apresenta de forma clara a gestão rigorosa, com um trabalho de bom planeamento, que tem vindo a ser realizada nos últimos anos a nível do controle de despesas sem, contudo, descuidar o investimento necessário para o desenvolvimento do nosso concelho, ajustando-a à situação de crise socioeconómica que o país atravessa, garantido o equilíbrio financeiro

Atingiram-se bons níveis de execução, acima da média de execução de outros municípios do país, continuando, o forte ciclo de investimento. Apesar de se ter conseguido baixar a despesa corrente, não se perdeu a regularidade da atividade dos equipamentos culturais existentes, mantendo uma programação de qualidade, permitindo oferecer à população de Bragança uma programação de grande qualidade e diversidade.

De igual modo, conseguiu-se manter, tendo em conta a situação frágil das famílias mais carenciadas do nosso concelho, os apoios sociais que trazem ajudas no dia a dia dos agregados familiares, nomeadamente nos apoios sociais na área da educação e na área da habitação com a

requalificação de fogos sociais e o realojamento de famílias. Indo, ainda, ao encontro das famílias com mais dificuldades, houve um esforço em diminuir ou não aumentar as taxas e tarifas, procurando sempre apoiar estas famílias com medidas adequadas a cada caso.

Manteve-se, ainda, o apoio às associações culturais, às escolas de modo a ajudar no funcionamento regular das suas atividades. Estes apoios contemplaram de forma substancial as instituições sociais a nível do investimento e do funcionamento corrente.

Intervenção do Sr. Vereador, Hernâni Dias

Da análise aos documentos de prestação de contas de 2012, constata-se que a CMB concebeu, para 2012, um bom planeamento de atividades e, com rigor, elaborou a previsão de receitas e de despesas.

O princípio do equilíbrio orçamental foi cumprido, uma vez que se trabalhou no sentido de garantir a integral cobertura das despesas previstas em orçamento. Saliento o facto de as receitas brutas correntes terem superado as despesas correntes, permitindo libertar uma verba significativa (mais de 3 milhões de euros) para investimento.

Para a estrutura da receita do ano em análise concorreram, em percentagem muito significativa, os montantes provenientes de fundos comunitários, o dobro do ano anterior, as transferências de fundos da Administração Central e as receitas próprias, realçando que não houve recurso a fundos provenientes de empréstimos, nem de vendas de bens de investimento.

Por outro lado, a despesa corrente, que diminuiu 9% relativamente ao ano transato, representa 55,56% da despesa global e a despesa de capital, que representa 44,44% da despesa global, teve um aumento de 39,61% relativamente ao ano anterior, destacando que o investimento direto do Município subiu mais de 50%.

O somatório da dívida de curto, médio e longo prazo, isto é, a dívida total do Município apresenta uma diminuição de 9,11% comparativamente ao ano anterior, representando 32,29% da receita anual global e apresenta um valor inferior a 50% do valor da dívida de 1997, resultado do grande rigor financeiro e de gestão que tem vindo a ser seguido pelos Executivos do PSD, liderados pelo Eng.º Jorge Nunes. No entanto, tem garantido um continuado ciclo de investimento na Cidade, na Vila de Izeda e nas aldeias do Concelho, numa atitude de tratamento e olhar atento e com equidade para o conjunto do território do Município, sendo o ano de 2012 o quarto ano com maior volume de investimento dos últimos 15 anos, tem promovido e conseguido o aumento do património Municipal, atingindo, no ano de 2012, o valor de 204 milhões de euros e tem assegurado o aumento da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Apesar do elevado investimento Municipal, o MB continuou a garantir o apoio às Instituições do concelho, tanto na área desportiva, cultural, religiosa, proteção e socorro e social, quer para investimento, quer para funcionamento, às Juntas de Freguesia para assegurar a satisfação das necessidades das populações, num apoio global de 3,12 milhões de euros, dos quais 2,17 milhões para investimento e 0,95 milhões para despesa corrente, num claro sinal de que o Município está atento a todos os setores da sociedade e com eles estabelece uma relação de proximidade em benefício dos cidadãos.

Em conclusão, o rigor orçamental, que levou à redução da dívida, ao aumento do património Municipal e do investimento Municipal e que resultou, no ano de 2012, na realização de várias operações de melhoramento, de embelezamento, de reabilitação e de construção de equipamentos, dos quais destaco: a intervenção urbanística na Zona do Forte S. João de Deus, com a construção do novo edifício, numa lógica de construção sustentável, para acolhimento dos vários serviços do Município, que conferirá melhores condições aos trabalhadores para que continuem a prestação de serviços de elevada qualidade aos munícipes; espaço para instalação definitiva da feira; construção da primeira fase do Parque de Ciência e Tecnologia; abertura de novas artérias viárias; construção do recinto de valorização de raças autóctones, entre outras..., mostra que o Município de Bragança tem um caminho bem definido, bem estruturado e que o mesmo lhe confere bons resultados, como se percebe pelo relatório e contas de 2012, pelo que voto favoravelmente

Intervenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha

Voto contra, porque os números traduzem uma perspetiva de gestão absolutamente distinta daquela que eu defendo para o Município.

Intervenção do Sr. Vereador, Geraldo da Assunção

Abstenho-me, em virtude de serem as contas relativas ao ano de 2012 e como tal não faria sentido outro tipo de voto. No entanto não quero deixar de felicitar a excelente gestão que tem sido concretizada pelo Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Jorge Nunes, bem como louvar o esforço que tem sido realizado, no sentido de colocar o Município de Bragança no pelotão da frente do bom desempenho autárquico.

O Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2012, foi aprovado, com quatro votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias, um voto contra, do Sr. Vereador, Humberto Rocha e uma abstenção, do Sr. Vereador, Geraldo da Assunção.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e do previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2012, respetivamente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II - ANEXO I

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/ 2012 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS/2012

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Sr. Presidente, deseja fazer algum esclarecimento adicional?

----- **Presidente da Câmara** - Fez a seguinte apresentação em power point:

ORÇAMENTO DE RECEITA							
Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Receita Cobrada Bruta (RCB)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Desvio % (RCL-DC)	Tx. execução (RCL) Dotações Iniciais	Tx. execução (RCL) Dotações Corrigidas
Receitas Correntes							
Impostos Diretos	4.462.000,00	4.462.000,00	4.615.122,54	4.588.881,44	2,84%	102,84%	102,84%
Impostos Indiretos	311.600,00	311.600,00	111.379,12	111.379,12	-64,26%	35,74%	35,74%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	997.300,00	997.300,00	1.172.407,99	1.170.437,49	17,36%	117,36%	117,36%
Rendimentos de Propriedade	1.718.800,00	1.718.800,00	1.375.411,78	1.375.411,78	-19,98%	80,02%	80,02%
Transferências Correntes	10.131.800,00	10.131.800,00	9.559.750,09	9.559.750,09	-5,65%	94,35%	94,35%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.579.800,00	5.579.800,00	5.177.726,17	5.174.579,55	-7,26%	92,74%	92,74%
Outras Receitas Correntes	50.600,00	50.600,00	170.581,76	170.581,76	237,12%	337,12%	337,12%
Sub-total:	23.251.900,00	23.251.900,00	22.182.379,45	22.151.021,23	-4,73%	95,27%	95,27%
Receitas de Capital							
Venda de Bens de Investimento	3.747.700,00	3.747.700,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	14.453.500,00	14.190.600,00	12.105.044,25	12.105.044,25	-14,70%	83,75%	85,30%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	200,00	200,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	14.700,00	14.700,00	520,32	520,32	-96,46%	3,54%	3,54%
Sub-total:	18.216.100,00	17.953.200,00	12.105.564,57	12.105.564,57	-33,54%	66,46%	67,43%
Outras Receitas							
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10.900,00	10.900,00	15.722,09	15.722,09	44,24%	144,24%	144,24%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	183.900,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Sub-total:	10.900,00	194.800,00	15.722,09	15.722,09	-91,93%	144,24%	8,07%
TOTAL							

----- Temos uma projeção relacionada com a execução orçamental da receita, que foi de 82,78%, um nível elevado de execução, se tivermos em conta que a média de execução a nível municipal, no País, é de 60%.....

----- Andamos com uma execução próxima daquilo que tem sido habitual no Município, sempre acima dos 80%, em 2003 atingimos os 95%, mas sempre com boas taxas de execução em resultado de uma boa previsão das receitas, também com uma boa execução orçamental resultante de um adequado planeamento tanto na previsão como na execução.....

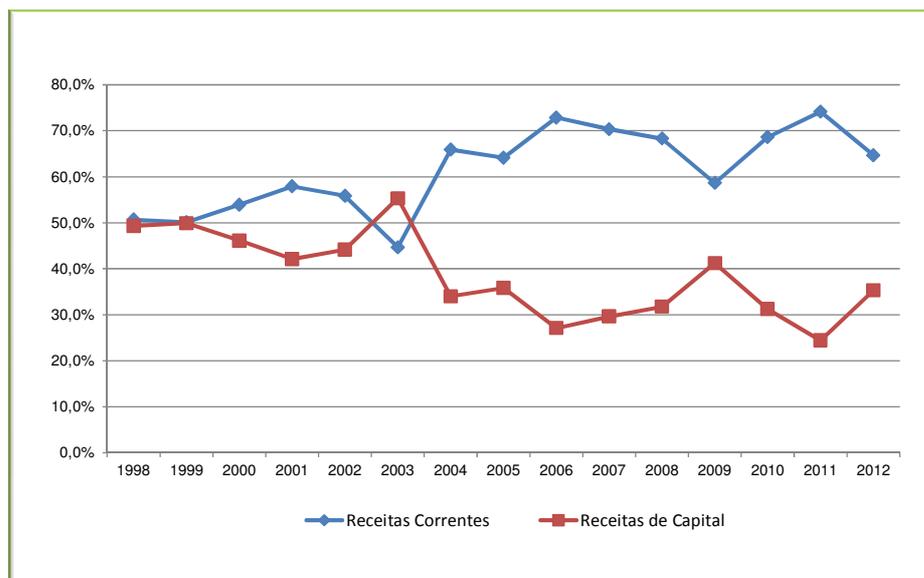
Controlo Orçamental da Despesa

ORÇAMENTO DE DESPESA

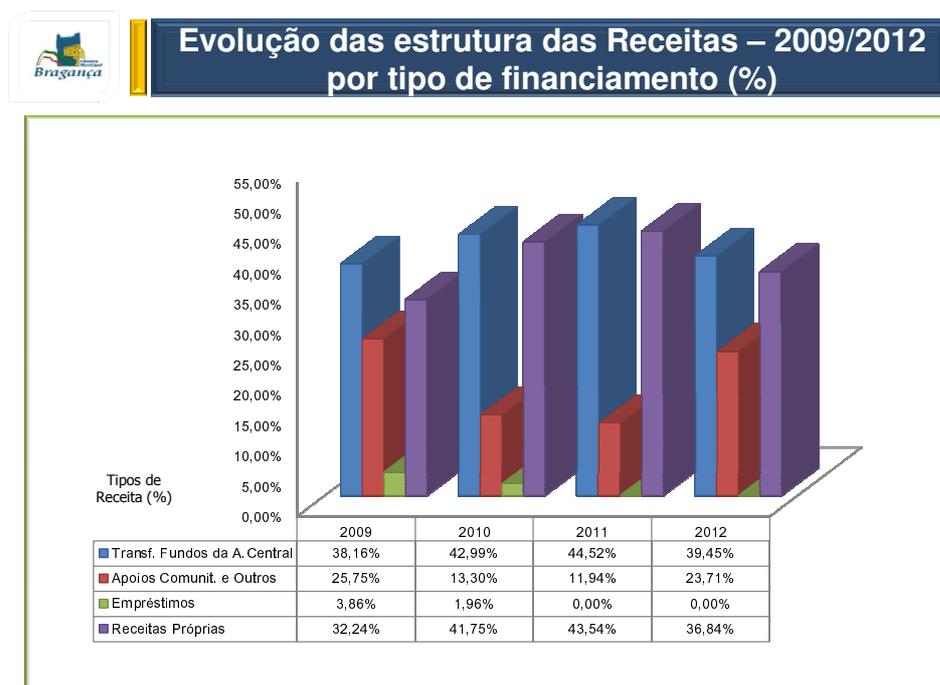
Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Despesas Correntes						
Despesas com o Pessoal	6.865.700,00	6.224.400,00	5.930.133,56	-4,73%	86,37%	95,27%
Aquisição de Bens e Serviços	13.815.100,00	14.329.800,00	11.583.828,01	-19,16%	83,85%	80,84%
Juros e Outros Encargos	271.800,00	271.800,00	250.653,58	-7,78%	92,22%	92,22%
Transferências Correntes	822.200,00	1.003.000,00	945.197,58	-5,76%	114,96%	94,24%
Outras Despesas Correntes	479.700,00	425.500,00	360.652,13	-15,24%	75,18%	84,76%
Sub-total	22.254.500,00	22.254.500,00	19.070.464,86	-14,31%	85,69%	85,69%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	15.738.500,00	15.615.700,00	11.917.637,62	-23,68%	75,72%	76,32%
Transferências de Capital	2.322.400,00	2.365.500,00	2.174.404,88	-8,08%	93,63%	91,92%
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.163.400,00	1.164.100,00	1.163.988,10	-0,01%	100,05%	99,99%
Sub-total	19.224.400,00	19.145.400,00	15.256.030,60	-20,31%	79,36%	79,69%
TOTAL	41.478.900,00	41.399.900,00	34.326.495,46	-17,09%	82,76%	82,91%

----- A nível da despesa com uma execução de 82,76 %, com uma execução da despesa corrente, relativamente às dotações iniciais, de 85,79% e uma execução da despesa de capital de 79,69%.....

Evolução das Receitas Correntes e de Capital (%)



----- Neste gráfico está a projeção da execução desde mil novecentos e noventa e oito, as receitas correntes e de capital, tivemos um crescimento das receitas de capital, naturalmente com maior entrada de fundos comunitários, associado a um maior investimento municipal, durante o ano de dois mil e doze, e com uma quebra da receita corrente, que era esperada.....



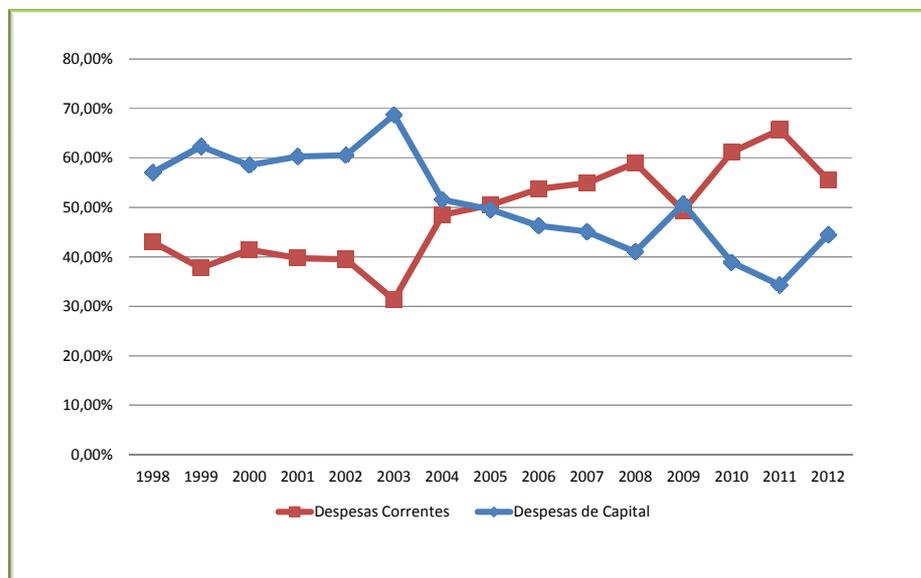
----- Em termos da evolução da estrutura das receitas as transferências da Administração Central representaram 39,45%; apoios comunitários e outros – 23,71 %, comparativamente ao ano anterior, mesmo relativamente a dois mil e dez, duplicamos praticamente a utilização de fundos comunitários, 2012 foi um bom ano de execução.....

----- Quanto a empréstimos, não houve empréstimos, em dois mil e onze também não tínhamos recorrido a financiamentos.....

----- Em termos de receitas próprias passámos para 36,84% esta evolução de dois mil e onze para dois mil e doze resulta de um acréscimo muito significativo, a utilização de fundos comunitários.....



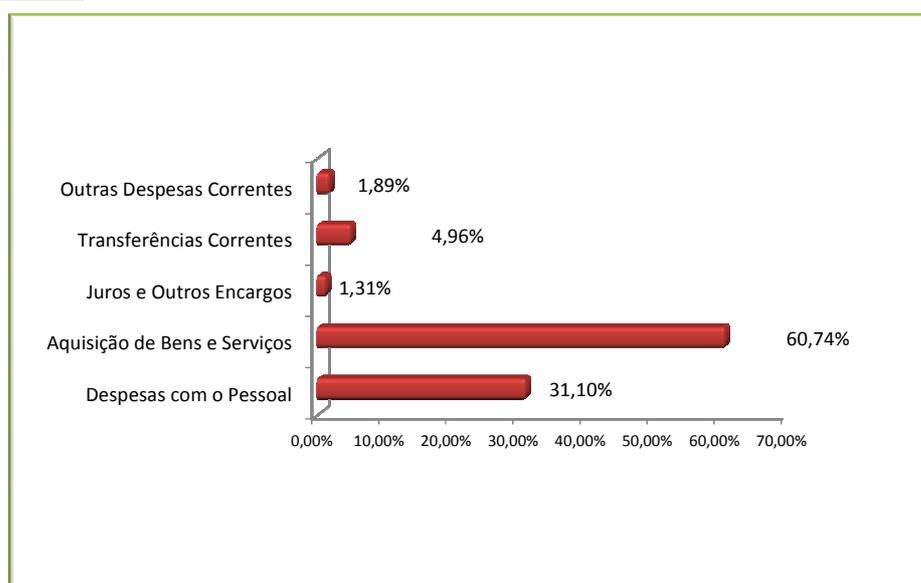
Evolução das Despesas Correntes e de Capital (%)



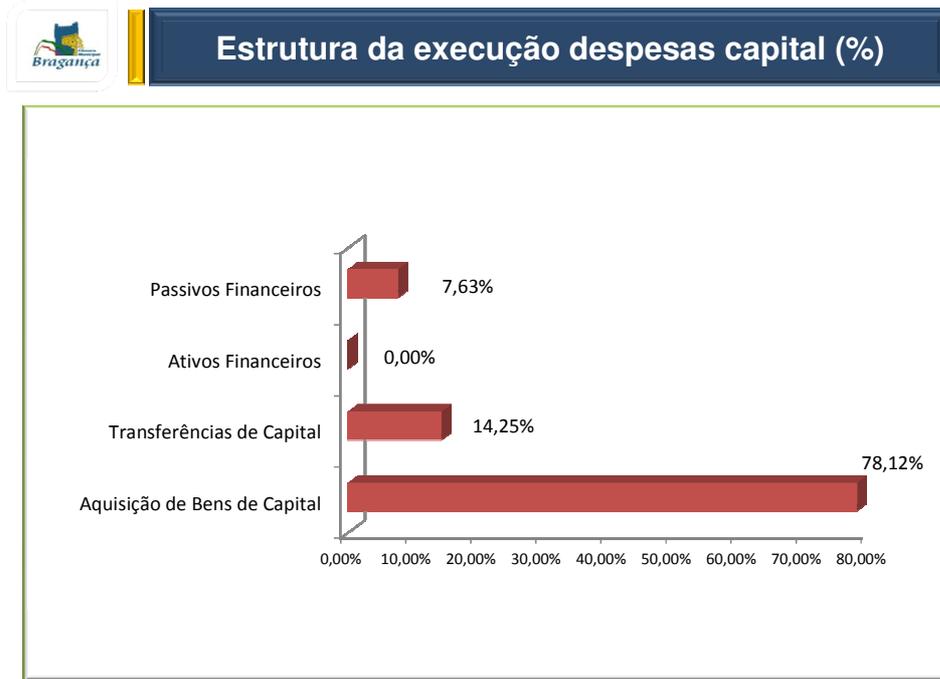
----- Já quanto às despesas, a evolução das despesas correntes e a despesa de capital, as despesas correntes diminuíram 9% e a despesa de capital, o investimento, aumentou 39,61%, sendo que o investimento foi financiado em 62,26% por Fundos Comunitários. À totalidade do investimento conseguimos alocar fundos comunitários de uma forma muito expressiva.



Estrutura da execução despesas correntes (%)



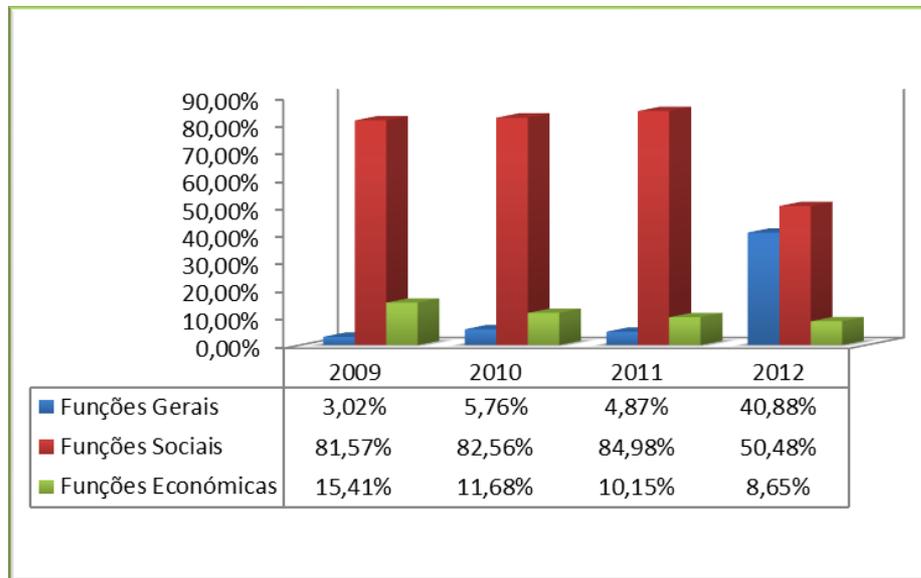
----- Despesa com pessoal - 31,10%; na despesa corrente - 1,89 %; aquisição de bens e serviços - 60,74%; juros e outros encargos – 1,31%; transferências correntes – 4,96%, essencialmente transferências para o movimento associativo, IPSS's e outras despesas correntes.....



----- A nível de despesas de capital, passivos financeiros, amortizações e empréstimos – 7,63%, zero por cento em ativos financeiros; transferências de capital – 14,25%, falamos essencialmente de transferências para as juntas de freguesia, em que houve uma evolução positiva, significativa, nas transferências para investimentos nas freguesias, e a aquisição de bens de capital no valor de 78,12%.....



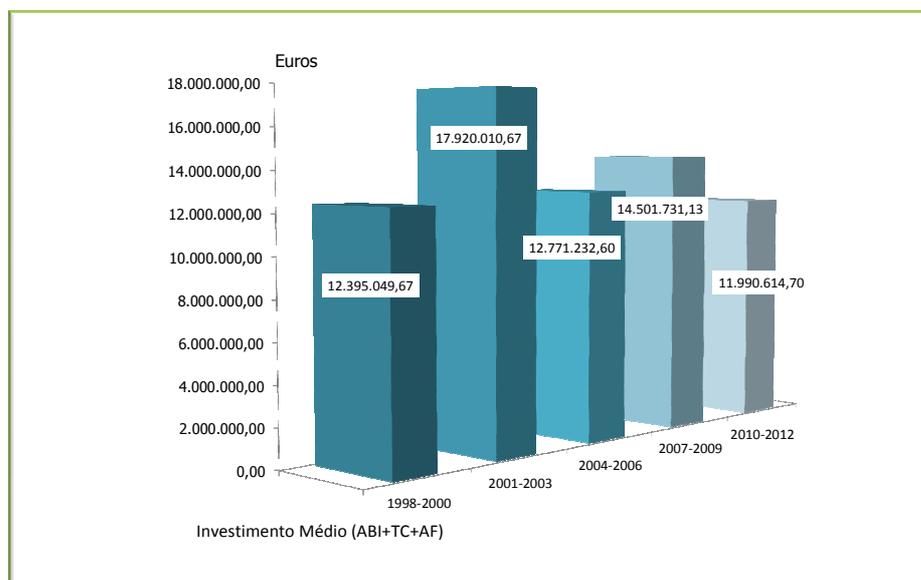
Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos - 2009/2012



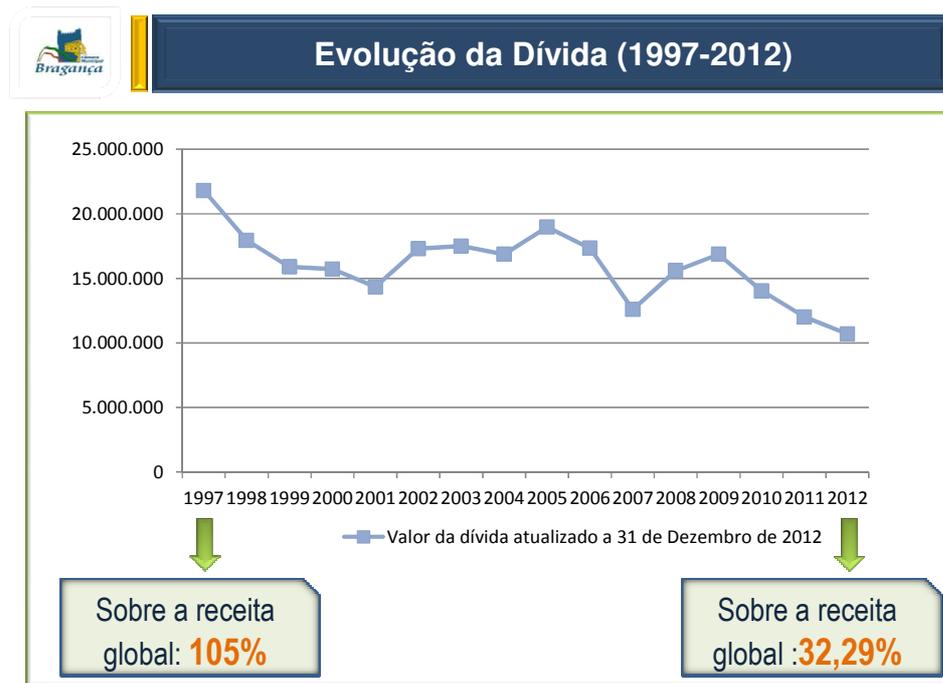
----- No que diz respeito à repartição da despesa do Plano Plurianual de Investimentos, às funções gerais foi indicado o valor de 40,88%, às funções sociais - 50,48%, às funções económicas foi indicado o valor de 8,65%.....



Investimento médio, por triénio



----- Temos este gráfico com o investimento médio, por triénio, o período de dois mil e um/ dois mil e três foi um período de enorme investimento médio anual, o conjunto do investimento representado neste conjunto de cinco triénios corresponde a duzentos e sessenta e seis milhões de euros de investimento feito, investimento municipal concretizado.



----- Temos a evolução da dívida do Município desde mil novecentos e noventa e sete/ dois mil e doze, ciclo de investimento bastante intenso. A dívida do Município tem vindo sempre a diminuir, e no ano de dois mil e doze atinge o nível mais baixo dos últimos quinze anos.

Endividamento Municipal

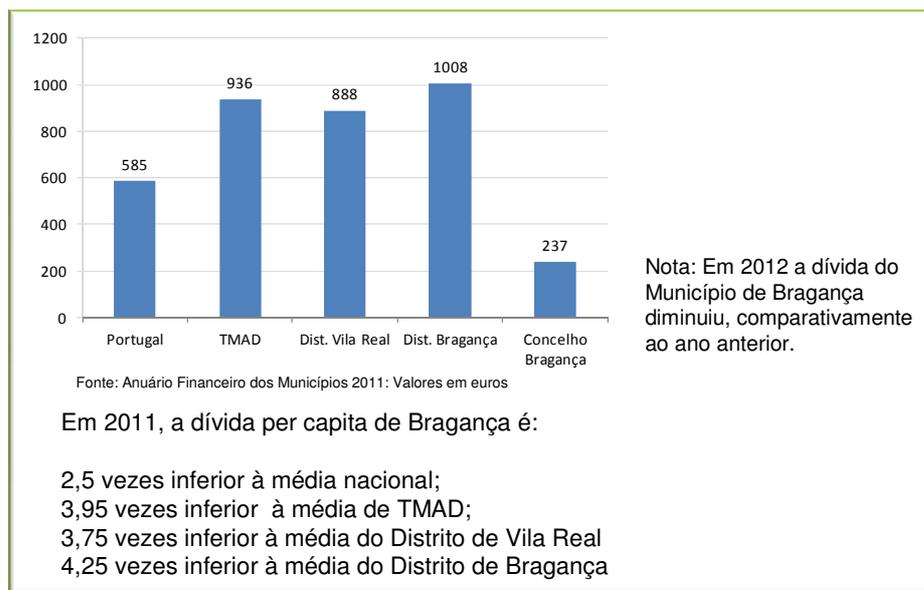
Endividamento Líquido limite EL 2012	Endividamento de médio e longo prazos (EMLP) limite 2012	Rateio n.º 2 art.º 53.º OE/2011
3.246.280,00	7.835.927,00	1.603.018,00

Designação	Montante (€)	Observações
(1) TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	Saldo credor conta 2311 - Empréstimos de curto prazo
(2) CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	7.010.927,34	Saldo credor conta 2312 Empréstimos de médio e longo prazos
(3) TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	3.577.496,48	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749
(4) CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	1.921.579,82	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º2 do art.º 61.º da LFL
(5) CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5.089.347,52	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados (5) = (2) - (4)
(6) ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	1.655.916,66	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados (6) = (3) - (4)

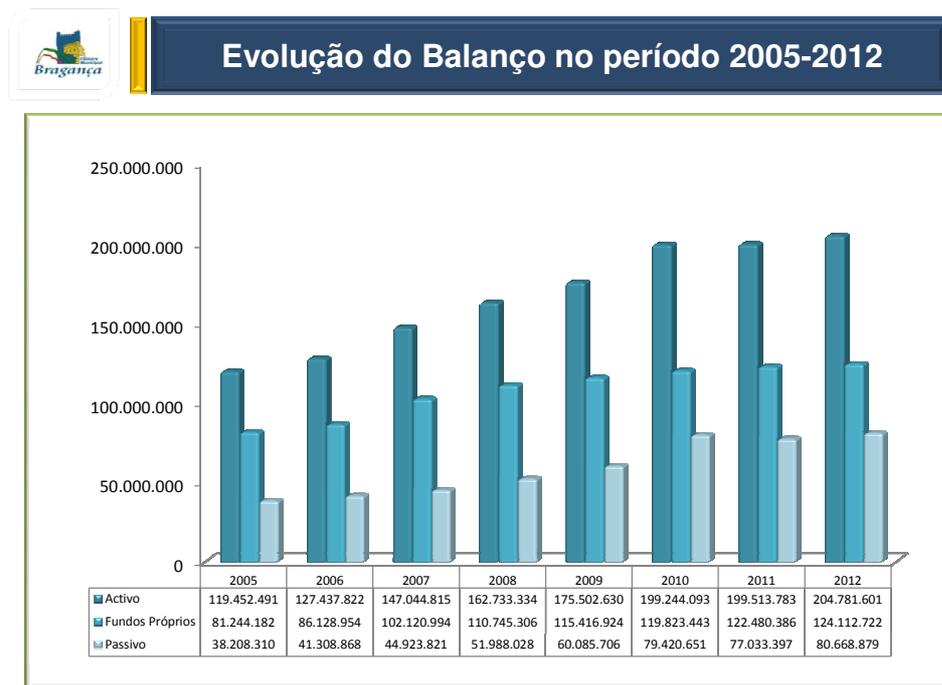
Endividamento líquido: 51,01% do limite	Endividamento MLP: 53,92% do limite
------------------------------------------------	--------------------------------------------

----- Relativamente ao endividamento do Município, em termos do endividamento líquido, endividamento de médio e longo prazo e os respetivos limites de endividamento.

Dívida per capita, 2011

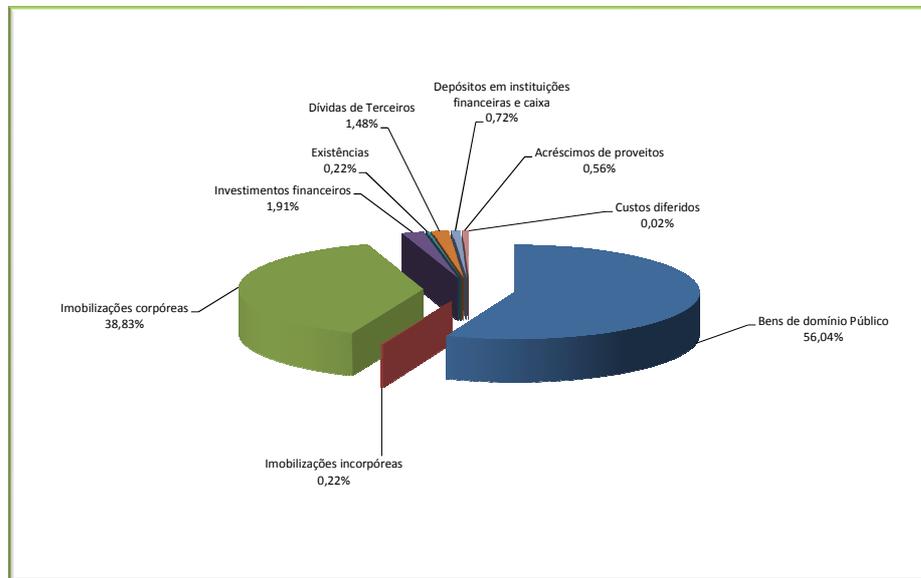


----- Em termos de dívida per capita, segundo os dados do anuário financeiro dos municípios, de dois mil e onze, o Concelho de Bragança tinha uma dívida per capita de duzentos e trinta e sete euros, quatro vezes e meio inferior à média do Distrito de Bragança, duas vezes e meia inferior à média nacional e três vírgula setenta e cinco vezes inferior à média do Distrito de Vila Real. O Município de Bragança é o Município de Trás-os-Montes e Alto Douro que tem a mais baixa dívida por habitante.....

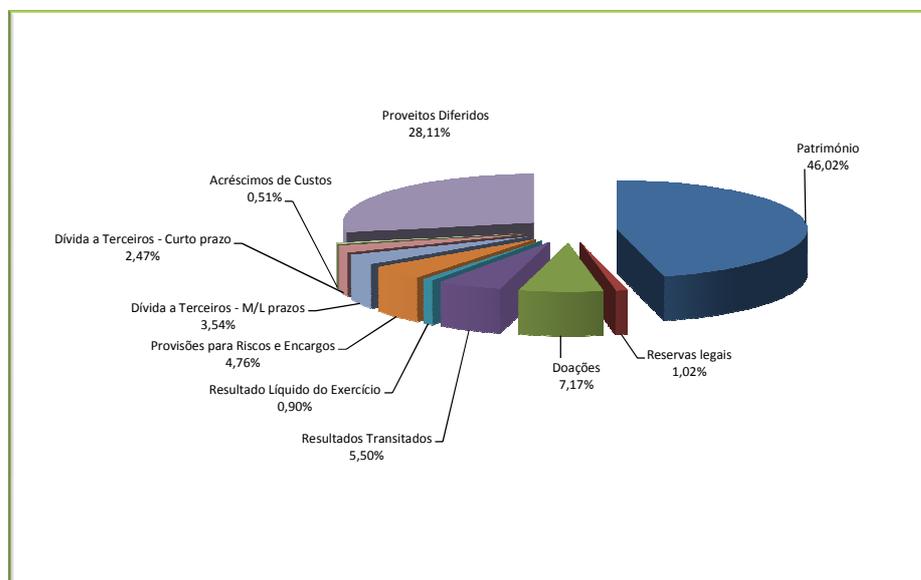


----- Temos neste gráfico a evolução do ativo, fundos próprios e do passivo, um resultado evidente de crescimento, do investimento que tem vindo a ser concretizado.....

Estrutura do Activo, 2012



Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo, 2012



----- Neste gráfico evidencia-se a estrutura do ativo, da sua composição. A estrutura dos fundos próprios e do passivo, pessoal em exercício de funções, em dois mil e doze atinge o valor mais baixo, evidentemente que em dois mil e treze será ainda mais baixo, face às exigências do Orçamento do Estado, que obriga o Município a reduzir mais 2% do total do número de trabalhadores.....

----- E, em traços gerais, de forma bastante sintética, está apresentada a Conta de Gerência.....

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Para pedidos de esclarecimento quem é que se inscreve?

----- Ana Cláudia Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Ó! Sr. Presidente, não me leve a mal, mas este é um déjà vu em relação às contas dos anos anteriores, tem que ver com os montantes em Tribunal dos ativos que estão em nome da Câmara mas que estando em mitigância, não estando pagos, não consta o valor da dívida, e portanto gostaríamos de saber qual o valor desses processos e qual a repercussão no estado das contas do Município. Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado.

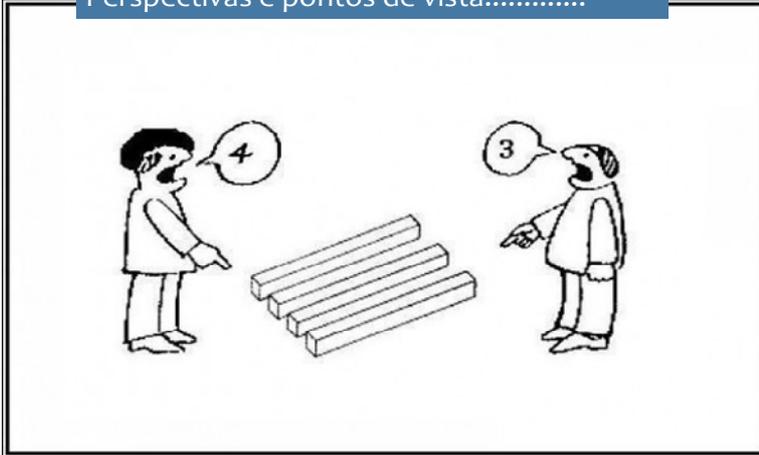
----- Ninguém mais se inscreve para pedidos de esclarecimento, passamos às intervenções.....

----- Para intervenção tem a palavra o Sr. Membro Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, muito bom dia. Antes de mais nada uma pequena, não é que seja necessária a justificação mas é para perceberem a coerência, de que o Período “Estado e Vida do Município” não teve intervenção de fundo do Partido Socialista porque compreenderão que está intimamente ligado com as contas que aqui temos e como tal seria redundante estarmos a fazer intervenções, aqui a mastigar o assunto duas vezes, portanto muitas das coisas que teriam que ser ditas naquele ponto vão ser referidas agora.

----- Tem-se ouvido muito - as contas da Câmara, os projetos - eu costumo dizer que se nós tivéssemos a gestão não faríamos algumas coisas, muitas das coisas que foram feitas, e isso não tem nada a ver com as contas estarem certas ou deixarem de estar. Eu acho piada, e acho até engraçado, que muitos pontos de vista que nós aqui patenteamos sejam, às vezes, alguma chacota por parte de alguns membros, eu acho isso muito curioso, até para vos ilustrar um pouco essa ideia, eu gostava que o Luís, se fosse possível, me passasse aqui um slaid, se não se importa.....

Perspectivas e pontos de vista.....



Prof. Doutor Luís Carlos Pires - Manufacturing and Industrial Management

----- Isto é tudo uma questão de perspectiva e ninguém está errado, vocês vêem ali dois senhores em que um está do lado esquerdo e outro do lado direito, em que um tem convicção que está a ver quatro e o outro tem convicção que está a ver três, e agora digam vocês quem é que está errado. Portanto quando tentam pôr em causa que do meu ponto de vista está errado e o vosso é que está certo, eu lembro-vos que olhem para esta figura.....

Perspectivas e pontos de vista.....



Prof. Doutor Luís Carlos Pires - Manufacturing and Industrial Management

----- E ainda há outra, que é, um simples número, que se olharmos de um lado, é um seis, do outro é um nove, e ambos têm razão, e defendem com veemência, portanto não ponham em causa as ideias dos outros, porque elas são tão válidas como as vossas.

----- As contas! As contas são uma ferramenta, meus caros amigos. As contas são uma ferramenta que nos auxiliam a concretizar os objetivos, a concretizar metas.....

----- Já agora, iniciava também uma intervenção com um pequeno texto que se chama **“O Mal-estar na Civilização de Sigmund Freud, e diz assim:**.....

----- “É impossível fugir à impressão de que as pessoas, genericamente, utilizam falsos padrões de avaliação – isto é, procuram poder, sucesso e riqueza para elas mesmas e admiram esses indicadores nos outros, subestimando tudo aquilo que verdadeiramente tem valor na vida.

----- No entanto, ao formular qualquer juízo geral desse tipo, corremos o risco de esquecer quão variados são o mundo humano e a sua vida mental.....

----- Existem certos homens que não contam com a admiração de seus contemporâneos, embora a grandeza deles repouse em atributos e realizações completamente estranhos aos objetivos e aos ideais da multidão.

----- Como vêem, algumas das coisas que eu aqui digo não são só minhas, são de muita gente, muita gente partilha, este pensamento livre tem que ser valorizado e não pode ser criticado, e tem que ser valorizado de forma positiva e tem que ser entendido e tem que ser ouvido em prol daquilo que é o bom para as populações e não apenas por questões partidárias.....

----- Quando penso aqui apresentar proposta, e perdoem-me, mais uma vez, a formalidade, eu não venho aqui a tentar “ torrar a paciência” do Sr. Presidente da Câmara, para que ele fique com mais cabelos brancos... não, não é! Dá a ideia, é em prol das populações, é para que as coisas sejam positivas, é para trazer o eco de muita gente que está lá fora que não consegue trazê-lo para aqui, e tem que o valorizar, e não é só as contas, não é “a conta em si está certinha” que vai dar razão ou não razão a um determinado projeto.....

----- Já agora, trago para aqui também para a discussão, eu não costumo muito fazer isso, mas algo que me é muito caro, e digamos que tecnicamente eu consigo dominar, que é a questão de projetos. Meus caros amigos, os projetos, há bocadinho o Malhão falou aqui na qualidade dos projetos feitos pela Câmara. Não existe qualidade! A qualidade dos projetos não existe!



----- Existe um triângulo que se chama “Triângulo das restrições de projetos” que tem, como é um triângulo, três vetores, em que esses vetores assentam fundamentalmente nos três lados do triângulo, e no interior inscreve-se dois outros valores que são o âmbito e a qualidade, e dotam esse triângulo de rigidez estrutural, através da necessidade, da relevância, da premência e da sustentabilidade do projeto. No entanto, vocês conhecem os triângulos, e há um triângulo que é o equilátero, que tem os lados todos iguais, no entanto eles podem ser puxados, nós podemos agarrar no triângulo e na vertente do tempo e encolhe-la, mas para encolhermos a vertente do tempo provavelmente vamos esticar a vertente do custo, porque precisamos de mais dinheiro para concretizar projetos em menos tempo. E a qualidade também é a mesma coisa, é uma questão de compromisso.....

----- Permitam-me só ler-vos aqui mais duas ou três coisas sobre esta questão da teoria da configuração do triângulo.....

----- Significa que um triângulo dum projeto pode ajustar-se face à intensidade de cada vetor, perfazendo, desta forma, distintas abordagens para concretizações similares. Mais dinheiro, ou seja mais custo pode significar mais qualidade ou menor tempo, ou mais recursos disponíveis, depende da variável a que o gestor aplique mais relevância.....

----- Mas toda esta dança de ajustes que permitem manter as cotas e configurações certinhas, podem esbarrar na necessidade do projeto, na sua relevância na razoabilidade do seu âmbito!!!.....

----- Para o Município a qualidade não é gratuita. Para os munícipes também não!! Existe um nível de qualidade, ou mais precisamente um conjunto de atributos de qualidade que o munícipe está disposto a pagar e que de alguma forma tem para ele um sentido económico.....

----- A definição de qualidade de um projeto não se consegue por propaganda, não!

----- Aquilo de responder a questões como:.....

----- O que é que o munícipe está preparado para pagar?

----- Quanto é que é economicamente útil para esse munícipe?.....

----- Qual a curva do binário esforço/retorno desse projeto?.....

----- Quantas vezes os projetos concretizados foram alvo de avaliação pós conclusão? Quantas vezes? Provavelmente nenhuma!.....

----- Qual a capacidade adaptativa/escalabilidade dos projetos concretizados?

----- Esta última é uma das componentes da sustentabilidade, e eu pergunto se alguma vez foram realizadas e estudadas as curvas de sustentabilidade e depreciação, tanto no vetor económico como funcional dos projetos, se calhar não foi!.....

----- Eu recuso-me a aceitar que o pensamento isolado, sem qualquer tipo de revisão, sem contraditório e com os dados, de certa forma “inclinados” possa condicionar ou conformar aquela que será a linha de evolução de uma coletividade.....

----- Portanto, chegados a este ponto, eu acho que há obras que foram feitas, há dinheiro que vocês podem dizer que foi investido, mas também se pode dizer que foi gasto e a conotação já não é tão positiva, as contas podem estar certas mas os projetos não serviam para o fim que estava disposto. E depois há a tal questão económica do valor do investimento. Será que o munícipe estava disposto a ter um investimento numa determinada obra daquela dimensão? Se calhar não! Se calhar o valor do investimento foi mal executado, se calhar não devia ser tão ambicioso, embora as contas estejam lá direitinhas, a tal ferramenta de suporte.....

----- Para terminar, que eu não vos quero maçar, diria que eu vi, uma vez, uma imagem no Expresso, uma figura, que quando estava aqui a pensar sobre esta questão das contas, me veio à mente.....

----- E reparem, se eu tivesse que metaforizar estes dezasseis anos de trabalho do Executivo a perpetiva que me vem à cabeça é mesmo essa imagem que eu vi no Expresso, que é um rato hamster na sua roda, ali na sua dinâmica, a patinar na rodinha, mas ele está ali horas e horas no seu afã, na sua atividade e aquilo anda mas não sai do sítio, e parece-me que é isso que acontece, temos a tal rodinha a rodar mas não sai do sítio, e portanto Bragança tem uma série de infra estruturas mas não foram alavancadoras, não reproduziram investimento. Isto é uma questão de estratégia, meus caros amigos, as ferramentas estão lá, o dinheiro está lá, nós é que temos que definir prioridades, aquilo que é importante para as pessoas e qual é o caminho que lhe podemos dar. E, convictamente, ao fim de dezasseis anos, eu digo-vos - este não era o caminho que eu seguia – mas cá estamos, o tal bonequinho do seis e do nove. Obrigado.....

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

----- Para uma intervenção, Dr. Amândio Gomes.....

----- **Amândio Gomes** – Sr. Presidente, neste caso Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª Secretária da Mesa, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes de Junta,

Comunicação Social, minhas senhoras e meus senhores.

----- Em oito de abril do corrente ano o Executivo Municipal de Bragança deliberou aprovar o Relatório de Atividades bem como as Contas do ano de 2012.....

----- Nos termos da legislação vigente e aplicável deliberou também submeter à apreciação desta Assembleia o referido Relatório e os Documentos de Prestação de Contas, atrás referidos, para um posterior envio ao Tribunal de Contas.....

----- Cabe-nos, portanto, apreciar e votar os seguintes documentos: O Balanço, a Demonstração de Resultados com os mapas da execução orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Gestão.....

----- Após a análise detalhada, embora sucinta, de todos os documentos atrás referidos, efetuados pelo Sr. Presidente da Câmara, já pouco mais de significativo haverá a referir.....

----- Contudo, e porque o Partido Social Democrata tem fortes motivos para se orgulhar com as ações que ao longo dos últimos quinze anos têm sido desenvolvidas pelos executivos municipais liderados pelo Eng.º Jorge Nunes, em prol das gentes do nosso Concelho, irei apenas sublinhar os pontos que considero mais relevantes.

----- No ano de dois mil e doze, bem como nos anteriores, foram conseguidos bons níveis de execução orçamental, entre os 80 e os 90%, significativamente acima da média da execução dos municípios do País que rondam normalmente os 60%, como já foi referido.....

----- Dizer-se-há que tal acontece porque os orçamentos teriam sido efetuados por defeito. Não! O que tem acontecido é que o Executivo Municipal sempre optou por prever com o maior rigor possível o cálculo previsível das receitas, e por efetuar um bom planeamento e controlo das atividades a fim de conseguir uma boa execução orçamental.

----- Em dois mil e doze as receitas correntes superaram em 9,1% as despesas correntes porque possibilitou a libertação de fundos financeiros no montante de 3.111.914,00€ (três milhões cento e onze mil novecentos e catorze euros) para o investimento que atingiu o valor de 44% da despesa total.

----- Interessante é verificar que se as receitas correntes sofrem, desde dois mil e dez, uma queda, mercê da situação económica e financeira do País, também as despesas correntes baixaram de igual modo, o que significa que em termos de gestão o Executivo tem sabido antever as dificuldades e com rigor controlar as despesas evitando um aumento de taxas e tarifas, assumindo, assim, ir ao encontro das dificuldades das famílias, pois estão sobrecarregadas com impostos fiscais sem perda de garantias de sustentabilidade financeira do Município.....

----- De salientar também que nos últimos quinze anos foram investidos no Concelho mais de

duzentos e sessenta e seis milhões de euros, o valor do ativo evoluiu de sessenta e quatro vírgula seis milhões de euros em dois mil e dois, para duzentos e quatro vírgula sessenta e oito milhões de euros no exercício de dois mil e doze. Só no ano de dois mil e doze o ativo do Município aumentou cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil euros, aproximadamente.....

----- Quanto à dívida total do município a curto/médio e longo prazo, regista-se uma diminuição de nove vírgula um por cento, ou seja um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e um euros, relativamente ao ano anterior.....

----- A dívida global após a integração da dívida do setor empresarial local sofreu uma significativa diminuição no ano de dois mil e doze, como atrás se refere, ficando, em termos nominais, em menos de metade do valor do ano de mil novecentos e noventa e sete. Hoje a dívida global cifra-se em cerca de dez milhões de euros.

----- Também referirei aqui que as provisões para encargos com despesas a pagar e que possam resultar inclusivamente de processos judiciais estão devidamente acauteladas e somam, neste momento, nove milhões, novecentos e treze mil, trezentos e catorze euros.....

----- Foi possível proceder à redução do pessoal em dois por cento sobre os trezentos e sessenta e cinco empregados, de acordo com as exigências legais impostas pela Lei e Orçamento Local.....

----- Pena foi que a Lei do Orçamento de Estado para dois mil e treze tivesse vindo impedir a integração do pessoal adstrito às empresas municipais integradas. Cremos que este assunto deverá ser resolvido a contento dos trabalhadores, como aliás já estava acordado.....

----- Quanto à demonstração de resultados efetuada após a integração das empresas municipais, Mercado Municipal e Terra Fria Carnes, verifica-se que o resultado líquido do exercício económico de dois mil e doze é positivo e ascende a um milhão, oitocentos e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois euros, cuja aplicação se propõe, nos termos legais, que seja efetuada, de noventa e dois mil, quatrocentos e dezassete euros para reservas legais, e o reforço do património, de um milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e cinco euros.

----- O ano de dois mil e doze foi, em termos de investimento, o quarto maior com mais investimento no conjunto dos últimos quinze anos, pelo que se pode destacar um conjunto muito significativo de obras que eu não resisto à tentação de mencionar para esclarecimento de todos quantos ainda não se aperceberam do grande volume de trabalho efetuado do ano em apreço.

----- E também, e sobre tudo para dizer que a cidade não se está a afundar, está a crescer cada vez mais e a desenvolver-se cada vez mais. Há quem, sendo incapaz de fazer mais e melhor, critique o Executivo, chamando-o de megalómano. Bom, só quem não sabe fazer mais é que realmente envereda

por esses caminhos. Eu diria até que não há pior cego do que aquele que não quer ver. As coisas estão à vista e eu não resisto à tentação de mencionar aqui alguns dos trabalhos efetuados pelo Executivo no ano de dois mil e doze.

----- E referirei o início de dois novos edifícios e a reabilitação de outros dois no Forte São João de Deus, para edifício Sede do Município, área verde envolvente, parques de estacionamento, instalação definitiva da feira, etc., ampliação da Casa da Seda, ampliação e requalificação da antiga Escola do Loreto para Escola de Dança, requalificação de cento e vinte e quatro fogos sociais no Bairro da Mãe de Água, recuperação de edifícios no Centro Histórico para residências de estudantes e sedes de associações, construção da Ciclo Via da Mãe de Água, com cerca de 2 Kms, construção da segunda fase da Ciclo Via do Fervença, construção do Parque Verde da Mãe de Água, construção do Parque verde da Coxa, início da construção da primeira fase do Parque de Ciência e Tecnologia, que ontem visitámos, início da construção do Recinto de Valorização das Raças Autóctones, construção de nova rede de distribuição de água e drenagem e tratamento de esgotos, em várias localidades.....

----- No âmbito da mobilidade e energia alcançaram-se os objetivos traçados, nomeadamente a redução de custos, comunicações e gastos de energia.

----- No setor da educação foram plenamente asseguradas as competências do Município ao nível das instalações de modernização tecnológica, dos transportes, dos apoios sociais, etc.

----- Foi garantido apoio substancial às instituições sociais, culturais, humanitárias e religiosas no âmbito do investimento e funcionamento.

----- No campo cultural tudo decorreu de harmonia com a programação prevista.

----- Às juntas de freguesia foi dado o apoio técnico, logístico e financeiro para construção de centros de convívio, sedes de Juntas, alguns cemitérios, pavimentações, construção de pontes, reparação de caminhos, nos montantes de dois mil e dezassete milhões de euros para investimentos e novecentos e cinquenta mil euros para despesas correntes.

----- E poderia continuar mencionando mais e mais ações deste Executivo Municipal no ano de dois mil e doze, mas o tempo urge e eu ainda quero daqui expressar os nossos mais sinceros agradecimentos ao primeiro responsável, Eng.º Jorge Nunes, pelas transformações positivas dos executivos municipais por ele presididos, souberam imprimir não só ao meio rural do nosso Concelho mas sobre tudo à cidade de Bragança, sob a sua sábia inteligente gestão, sofreu um surto de crescimento e desenvolvimento inusitados e nunca antes experimentados. Bragança é hoje mais bonita, mais rica e muito mais atrativa que há quinze anos, graças à ação do Eng.º Jorge Nunes, que nunca se poupou a esforço para encontrar os avultados meios financeiros necessários à concretização dos planos que soube tratar com vista ao

desenvolvimento económico, social e cultural da nossa Cidade e do nosso Concelho. Disse

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado.

----- Luís Pires, do PS, para intervenção, tem a palavra.....

----- **Luís Pires** – Muito bom dia. Eu estava a dizer que me vou portar bem, portanto não precisam de registar já a intervenção, só vou fazer aqui dois comentários e têm a ver com as perspetivas e visões que eu falei há pouco.....

----- E reparem, meus caros amigos, de uma maneira muito séria, o Dr. Amândio disse uma coisa, e agradeço-lhe desde já por me permitir repetir um pouco aquilo que disse, e se não o tivesse feito eu não me lembraria de o fazer, portanto desde já o meu agradecimento, e é óbvio que a Câmara Municipal é que tem que fazer! A Câmara é que lá está! A Câmara foi eleita! Eu não estou, não o posso fazer! Aliás, acho que todos os deputados municipais que aqui estão já fazem da sua parte um grande esforço em dispor do seu tempo livre também fora do período da Assembleia para tentarem fazer pré projetos ou ideias de projetos, jamais me passaria pela cabeça de trazer aqui um projeto de fundo para apresentar nesta Assembleia, primeiro - porque não tenho meios, segundo – é obrigação da Câmara.

----- Agora há uma coisa que a Câmara faz também, que faz e muito bem, faz muito bem, e o pessoal vai no engodo, que é, chega aqui e apresenta o projeto e nós vamos logo ver aquele detalhe ali, devia ser azul em vez de vermelho, devia estar mais para a esquerda e para a direita, esquecemo-nos de perguntar o mais importante, o mais importante que é o sentido estratégico da obra. Isso o Sr. Presidente faz bem! Eu recordo-me da Avenida do Sabor, quando apareceu aqui, começamos – é pá! Aquilo está assim, não sei quê - mas se calhar o sentido estratégico não era aquele, e nós daí rebatemos, aí tem toda a razão, não nos compete a nós, porque não está previsto.

----- Depois a abordagem também é descrita de outra forma. Reparem no seguinte, o Dr. Amândio disse que estava perfeitamente enquadrado, ou estava perfeitamente acautelada a integração das empresas municipais na Câmara Municipal. E tem toda a razão, o processo contabilístico, perfeito, correu muito bem, aquilo que eu lhe pergunto e aquilo que eu quero fazer ver é que eles só foram integrados por uma razão, sabe qual é que é? É que não cumpriram a missão para a qual foram feitos, porque não foram auto sustentáveis, porque se fossem a lei não os obrigava a entrar na Câmara, aí é que está a questão, nós estamos logo a debater, sim, as contas estão certinhas, até entrou aquele valor sem problema nenhum, o problema é que as obras não serviram e o Sr. fez-me aqui um elenco de obras, perfeito! Eu estou ávido, estou com grande vontade de ver uma boa feira em Bragança, o problema é que essa promessa do mesmo Presidente da Câmara que aqui temos é de oitenta e nove! E estamos outra vez a concretizá-la agora, isto não é despiciendo, isto é importante, é importante porque se disse

naquela altura, não se concretizou, e agora aqui esquecesse, sem dramas faz-se o branqueamento daquilo que aconteceu no passado e vamos apresentar aqui a obra como se fosse uma coisa excepcional. É necessário? É! Mas já devia ter sido feita, portanto há que ter esse ónus e às vezes consoante as coisas são apresentadas deve ser feito de uma forma menos, não é agressiva, que o Dr. Amândio não é agressivo, mas é agressiva na forma como é apresentada à Plateia, em termos de introdução de conteúdo. Eu acho que isso é necessário fazer, às vezes, fica-nos bem fazer o meia-culpa, não conseguimos fazer naquela altura, falhámos, vamos tentar fazer agora e com uma conjuntura diferente, os projetos são distintos, o mundo é diferente, agora é preciso ter essa noção e não fazer crer passar a ideia – Não! Está tudo bem, vocês nem viram, nem repararam - Não! Não é assim! Tudo que seja de bom para a cidade, para a minha terra, eu estou a favor, não tenha dúvidas disso, aliás, tomei essa decisão quando resolvi vir para Bragança, há muitos anos, portanto tudo de bom é o que eu quero para a minha terra, e contribuo naquilo que é possível, e contribuo com a crítica necessária, objetiva e positiva naquilo que é apresentado por outros, e tento fazê-lo sempre de uma forma sustentada, tentar fazê-lo, dizer – eu acho que não é assim porque da outra forma ficaria melhor, servia mais gente - e é isso que nós temos que fazer.....

----- Dr. Amândio, não existe o ótimo, o ótimo é inimigo do bom, então temos que fazer aqui um balanceamento, e é isso que eu pretendo fazer e é isso que eu entendo fazer.

----- Em relação à concretização de obras, da minha parte eu nunca disse que as obras são megalómanas, em engenharia não se pode usar isso, não balanceadas, não sustentáveis, sim, megalómanas eu não uso, não faz parte do meu léxico.....

----- Relativamente à possibilidade de concretizar obras, embora há bocadinho tenham descido quase à queda do Líder do Grupo Parlamentar, aquilo que foi a queda do Líder ali, um dia poderei querer ter mais alguma responsabilidade e concretizar obras, e depois aí nessa altura estarei cá para se concretizar e conversar com o Dr. Amândio para afinarmos, ... estaremos certamente. Muito obrigado....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado do PSD, Eduardo Malhão, há uma inscrição ainda da Dr.^a Ana Almeida, deixe-me só fazer uma correção de algum impreciosismo, porque ficou gravado e convém que fique registado na ata, que de facto o Sr. Deputado disse que tinha sido uma promessa do Sr. Presidente, de mil novecentos e oitenta e nove, relativamente ao Mercado. Quero dizer que em oitenta e nove, disse oitenta e nove, em oitenta e nove não tinha o atual Presidente as possibilidades políticas, tendo sido eleito em mil novecentos e noventa e sete. Fica essa correção.....

----- Passamos então a palavra ao Sr. Deputado António Eduardo Malhão, do PSD.

----- **António Malhão** – Renovo os cumprimentos a todos os caros presentes. Esta minha intervenção é apenas para deixar aqui alguma nota sobre a intervenção do Sr. Deputado Luís Pires, aliás a quem eu reconheço bastante qualidade e bastante mérito, diria até que o considero um dos melhores deputados deste parlamento local e que nós, de facto, não olhamos só para o nosso lado, não vemos a política assim, entendemos que deste lado existem também deputados com muito mérito, tal como deste lado e dos outros lados, e depois de algum consenso da primeira parte desta magna assembleia, agora surgiu aqui alguma falta desse consenso e o Dr. Luís Pires vem aqui a ilustrar a sua intervenção falando em triângulos, eu diria que o seu discurso é um bocado redondo porque fala em falta de estratégia, mas também não apresenta aqui estratégia, não apresenta ideias, não apresenta soluções, fala em economia mas também não tem uma estratégia nem uma agenda para a economia, aliás, de resto, na linha daquilo que o vosso Líder tem vindo a fazer, que é falar em economia, mais competitividade, mais emprego, mas apenas utilizando chavões e slogans.

----- Eu aconselharia o vosso Líder a fazer aqui um estágio na Câmara Municipal de Bragança para aprender exatamente uma estratégia para o País e aprender a estimular e a ter ideias concretas. E também lhe aconselharia a ler este documento muito bem elaborado, que é exatamente onde está vertida a estratégia feita por este Executivo, não é em triângulos mas é em círculos, e de facto ela assenta em três vetores estratégicos:

- a) apoiar os ?? e setores estratégicos;.....
- b) valorizar o território e o ambiente por um suposto desenvolvimento;
- c) criar uma cultura de eco cidade centrada na educação e formação.....

----- E isto foi distribuído por doze linhas de ação.....

----- Penso que as coisas estão à vista. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Sr.ª Deputada do CDS/PP, Ana Almeida, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, de novo. Eu trago aqui só duas notas, fiquei um bocadinho baralhada com esta intervenção do Luís, porque eu revi-me na intervenção do Luís, eu não sei se ele assistiu à minha, a propósito do estado e vida da cidade, portanto de alguma forma, pelos vistos não usamos a mesma linguagem da megalómana, mas ó! Luís, era para mim, a megalomania era para mim, mas eu também disse que construímos uma cidade sobredimensionada, só que, de facto, há aqui uma contradição do PS, porque o Vereador esteve presente na reunião da Câmara, Luís! Diz que não quer deixar de felicitar, na Assembleia, a excelente gestão que tem sido concretizada pelo Executivo Municipal, do Sr. Presidente da Câmara Eng.º Jorge Nunes, bem como louvar o esforço que tem sido realizado no sentido de colocar o Município de Bragança no pelotão da frente, do bom desempenho

autárquico. Não é o mesmo PS!.....

----- Relativamente à outra questão da minha intervenção, eu só queria dar uma nota e gostaria de ver então, e é um desafio que faço, nos próximos documentos do Estado e Vida do Município de terem um bocadinho de trabalho estatístico, por exemplo de quantas pessoas, e eu desejo vivamente, até porque é para a minha cidade, quantas pessoas vêm visitar o Centro de Fotografia George Dossaud. E digo isto por um comentário e um desabafo que foi feito ontem pela amiga de família, Graça Morais, a propósito do espetáculo que foi dado pelo marido, Pedro Caldeira Cabral, isto só para justificar aquela que é a minha perceção, de que nós temos muita cidade e pouca vivida, de que estava muito descontente porque o espetáculo não teve gente. E é aqui que eu quero, porque ou as pessoas são convidadas e vão, ou estamos ancorados nos privados e os privados não estão sensibilizados para isto, ou então falta muito dinamismo e muito apoio social à Câmara Municipal para alimentar esta Cidade e fazer viver os equipamentos e as obras que ele está a fazer.

----- No verão venho cá passar férias, não consegui ir ver um cinema com as minhas filhas porque pura e simplesmente o cinema foi desativado.

----- Temos um Teatro, qual é a programação do Teatro para crianças, para escolas, para adultos? Qual é a programação? Eu insisto nisto, nós temos obra, elas são precisas, eu considero que são insustentáveis porque de facto temos um problema a montante que é como trazer pessoas, como tornar estes investimentos aplativos, nós temos os edifícios, Dr. Amândio, ninguém é contestado, aliás, desculpem, Dr. Amândio e Eduardo Malhão, fizeram-me antever aquilo que provavelmente se vai passar na última sessão da Assembleia, vão propor o voto de louvor ao Eng.º Jorge Nunes, portanto foi um pré voto de louvor para a ata, do voto de louvor ou de toponímia, talvez! É legítimo da vossa parte, mas eu acho que na maior das humildades e na perspectiva que foi sempre do CDS, de trazer algum contributo para melhorar a qualidade da Cidade, se calhar pensar nas questões sociais e no dinamismo social , porque é com as pessoas que se fazem cidades, não é o contrário, não são os equipamentos que fazem as cidades, são as pessoas.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Sr.ª Deputada.....

----- Estão terminadas as intervenções sobre este ponto da agenda, vamos proceder à votação.....

----- **Presidente da Mesa** – Ó! Senhor Presidente, peço imensa desculpa, mas estava focado na Assembleia, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, dispõe de muito tempo ainda para a intervenção final sobre este tema.

----- Muito obrigado à Assembleia pela chamada de atenção ao Presidente da Mesa.

----- **Presidente da Câmara** – A identificação das provisões para riscos e encargos que a Dr.^a Ana Cláudia referiu na parte relativa aos pedidos de esclarecimentos, estão identificados na página 145 e 263 do documento.

----- Quanto ao número de pessoas que assistiu ao espetáculo do dia vinte e quatro de abril, é lamentável uma declaração dessas, eu não poderia deixar passar em branco, porque a grande maioria dos eleitos não esteve presente, mesmo assim saíram trezentos bilhetes. Para o tipo de espetáculo não é uma presença irrelevante! Não sei quantos espectadores teria este mesmo espetáculo feito no Porto ou em Lisboa ou em Coimbra, mas a familiar que lhe salientou isso, que fez esse lamento, deveria fazer esse teste e essa comparação, talvez isso fosse uma atitude de alguma seriedade e de alguma justiça para com esta cidade que tem uma vida cultural bastante intensa, muito participada pelos cidadãos, os valores de entradas nos equipamentos culturais da cidade são sistematicamente fornecidos nas informações sobre o Estado e Vida do Município e portanto não creio que seja justa nem para Pedro Caldeira Cabral nem para as muitas pessoas que assistiram a esse espetáculo e que apreciaram de forma bem significativa. Normalmente quem não participa em nada critica tudo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Estamos então em condições de proceder à votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e doze, e Proposta de Aplicação de Resultados.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**

----- Presidente da Mesa - Declarações de voto?

----- Luís Pires, do PS; António Eduardo Malhão, do PSD e José João Lourenço, do Movimento Sempre Presente.

----- **Luís Pires** – Meus caros amigos, mais uma vez. Eu creio que todos vocês sabem porque é que a vida humana prevalece de pé quando numa determinada coletividade aparece um vírus. É porque nós somos todos diversos, esse vírus vai afetar de forma distinta cada um de nós, uns vão perecer, outros vão-se manter e tornar-se mais fortes. E é nessa diversidade de opiniões e de ideias que nós estamos aqui nesta Assembleia, concordando quando temos que concordar e discordando quando temos de discordar, e claramente, e objetivamente, e conscientemente, e veementemente, não concordamos com este andar, com esta estratégia que foi implementada ao longo destes anos, e, como tal, embora as contas, do ponto de vista técnico, estejam corretas, a substância que elas trazem não é aquela que converge com a nossa perspetiva, como tal abstinemo-nos. Muito obrigado

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- António Eduardo Malhão, tem a palavra para a sua declaração e voto.

----- **António Malhão** – O Grupo Municipal do PSD regista com agrado a aprovação do documento de Prestação de Contas sem qualquer voto contra, e regista também e saúda com agrado a abstenção do Partido Socialista, de certa forma apresentando alguma evolução. Nós entendemos que a política é assim mesmo, sem oposição a este Executivo obviamente que não pode haver unanimidade nem podem votar favoravelmente, senão penso que votaria mesmo a favor. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado.

----- Para declaração de voto tem a palavra o Deputado José Lourenço.

----- **José Lourenço** – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, caros vereadores, que não estão, elementos desta Assembleia, Comunicação Social, que não sei se está, talvez não.

----- Bem, números são números, como já foi aqui dito, e muito bem dito, por algumas pessoas, números são números, e os números não podem ser colocados em causa, não é a nossa especialidade, a nossa especialidade também não é fazer sondagens, mas ouvimos aquilo que se diz na rua, é isso que nos trás aqui, muitas vezes a prejudicar as nossas vidas pessoais, vimos aqui transmitir efetivamente aquilo que às vezes o povo não tem oportunidade de vir dizer que é errado e que foi feito de maneira incorreta para definir o destino de uma comunidade que é a nossa.

----- Os números reais, os custos, os dividendos e o prejuízo que se terá não é agora que está a ser notado, vai ser no futuro, infelizmente não podemos antecipá-lo nem demonstrá-lo para comprovar o erro de determinada estratégia.

----- A abstenção do Movimento por Bragança Sempre Presente tem efetivamente apenas a ver com o facto de termos estado aqui a analisar números que não têm que ser colocados em causa, de certeza que a contabilidade está toda certa. Votámos contra estas opções, votar agora contra não viria acrescentar nada, abstivemo-nos apenas porque efetivamente já tínhamos votado contra estas opções. Os números são números, não temos que votar contra os números.

----- **Presidente da Mesa** – Terminadas as declarações de voto passamos ao ponto seguinte.

PONTO 4.3 - DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre a seguinte proposta da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.3.1 - Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório de Análise Económico-Financeira reportado a 31 de dezembro de 2012 e Certificação Legal de Contas.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição.

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Pelo Sr. Presidente, foi presente o Relatório de Análise Económico – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2012, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido do n.º 2 do artigo 47.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido Diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – ANEXO II

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Presidente reserva-se para as questões, pedidos de esclarecimento e alguma intervenção final.....

----- Pedidos de esclarecimento?.....

----- Luís Pires, do PS, pediu a palavra para um pedido de esclarecimento.

----- **Luís Pires** – Sr. Presidente, é apenas para que lembre a esta Assembleia qual é que é o procedimento utilizado para a revisão das contas, ou seja, há uma empresa que faz a revisão? E de que forma é que essa empresa é contratualizada? Chamemos-lhe assim, de uma forma simples.

----- **Presidente da Mesa** – Não há mais nenhum pedido de esclarecimento. Sr. Presidente, pode fornecer a resposta à questão formulada.....

----- **Presidente da Câmara** – Creio ter compreendido de forma suficiente o pedido de esclarecimento, dividido em duas partes, a primeira é como é feita a contratação, e a segunda é como é feito o trabalho de certificação e de auditoria por parte dessa empresa às contas do Município.

----- A primeira - resulta de uma proposta da parte do Município, que submete à aprovação da Assembleia Municipal.

----- A segunda - a empresa acompanha a atividade do Município em termos administrativos e financeiros, ao longo do ano, elabora um relatório no meio do ano, o primeiro semestre, e no final faz a avaliação global do ano.....

----- Como o faz? Normalmente com cinco a seis técnicos superiores que se instalam na Câmara, cerca de semana e meia, e fazem a verificação da documentação necessária que é fornecida por cada um dos serviços em causa e que acompanha todo esse processo, no sentido de verificar se há regularidade de procedimentos de acordo com os regulamentos internos, com os manuais de procedimentos, se os procedimentos legais são respeitados. Trata-se de uma verificação não à totalidade dos documentos mas uma verificação bastante detalhada e fina por amostragem a aspetos essenciais da gestão, sendo que o Relatório da Auditoria, que não está presente, é mais amplo, bastante mais significativo e detalhado, e esse serve para dentro dos próprios serviços proceder a algum ajustamento, se necessário.....

----- **Presidente da Mesa** – Está fornecido o esclarecimento solicitado.

----- Intervenções sobre esta matéria?.....

----- Uma intervenção, Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Já que me pagam a senha tenho que justificar o trabalho, não é?

----- Bom, é o seguinte, este procedimento, que vocês acabaram aqui de ver descrito, é um procedimento legal, consegue-se inferir, consegue-se perceber que existe rigor, e se bem utilizado pode até servir para melhoria de processos internos depois de analisados eventuais erros do procedimento em curso, não é? Análise processual.

----- No entanto eu lembrei-me de que, já que dizem que a gente não faz propostas, embora a lei obrigue que seja de determinada forma, poderia haver outras soluções que seriam ainda mais claras e mais transparentes e permitiriam de uma forma mais consolidada nós termos consciência daquilo que é o trabalho da empresa.

----- Por exemplo, se vocês estivessem a trabalhar numa área distinta e tivessem que submeter um artigo para uma revista de referência, ela tem, necessariamente, que ser avaliada e avaliada pelos pares, mas isso é feito também com base no processo, que na gíria técnica se chama Plain de Reviu, e o Plain de Reviu é agarrar na documentação, retirar a identificação de a quem pertence essa documentação e enviá-la de forma cega para pares que nós não sabemos quem são, e dessa forma a análise é que é consistente porque é uma análise que não tem qualquer tipo de cordão umbilical, porque aqui, no limite, e não estou a pôr em causa, nem pouco mais ou menos, sei que não é possível, apenas dizer que há aqui algo que até se podia melhorar, a nível de proposta de melhoria, que é a tal relação umbilical, de ser a Câmara a propor quem é a empresa que faz a auditoria. Eu acredito e tenho noção que a Câmara de Bragança é séria e faz isto de forma séria, mas também sei que existe aqui um fator crítico que possibilita a não seriedade se houver essa intenção malévola, chamemos-lhe assim, da entidade que contrata.....

----- Portanto, se este procedimento evoluísse para algo parecido com o Plain de Reviu ainda daria mais consolidação aos resultados que são apresentados. Só para o Dr. Amândio não dizer que nós não apresentamos propostas coerentes e válidas.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.4 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.4.1 - Consolidação de Contas e Certificação Legal de Contas Consolidadas relativas ao ano de exercício de 2012;.....

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONSOLIDAÇÃO CONTAS E CERTIFICAÇÃO DE LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE EXERCÍCIO DE 2012

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na Lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo”*.

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal, no n.º 2 que *“Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL”*, facto até à data ainda não concretizado.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada (artigo 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal, (regime transitório) que até à publicação da norma de consolidação de contas previstas nos planos setoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente Portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos,

Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011 um conjunto de instruções que visam permitir a articulação dos vários regimes.

Dada a impossibilidade da consolidação de contas do exercício de 2010, pelos motivos identificados, o ano de 2011 foi considerado como “ano zero”.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Humberto Rocha e Geraldo da Assunção, aprovar a proposta do Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2012.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes e nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e do previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Documento de Consolidação de Contas, relativo ao ano de exercício de 2012.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Presidente reserva-se para o final.
----- Pedidos de esclarecimento? Não há.
----- Intervenções? Não há.....
----- Passamos à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZOITO ABSTENÇÕES E CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Não há declarações de voto.

----- Passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.4.2 - Proposta da Quinta Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Receita, Primeira Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa e Primeira Revisão ao Plano de Atividades para o ano 2013.

..... Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança, em regime de substituição

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de abril do ano de dois mil e treze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DA QUINTA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; E PRIMEIRA REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO 2013

Pela Divisão de Administração Financeira foi presente a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa e ao Plano de Atividades Municipais para o ano de 2013.

As revisões ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais (PAM) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, na ótica da Receita, tem por base:

1. O reforço, no montante de 923 500,00 euros, da rubrica Vendas de Bens de Investimento (Terrenos);

2. A diminuição, no montante de 923 500,00 euros, da rubrica de Passivos Financeiros (Empréstimos a Médio e Longo Prazos), reportando-se este valor ao diferencial do empréstimo relativo ao Contrato de Financiamento Reembolsável (Contrato de Empréstimo-Quadro celebrado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento) autorizado em 679 530,00 euros pelo Tribunal de Contas em visto prévio datado do dia 4 de fevereiro de 2013;

3. A incorporação do Saldo da Gerência relativo ao ano de 2012 na presente revisão, no valor de 161 000,00 euros.

Na ótica da Despesa, tem por base:

1. O reforço, no montante de 61 000,00 euros, da dotação da rubrica Aquisição de Serviços (Encargos de Instalações);

2. A anulação, no montante de 300 000,00 euros, da dotação do projeto inscrito no PAM (7/2012) com a designação “*Construção do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark*”, pelo facto de a natureza da despesa a realizar não se evidenciar numa transferência de capital para a Construção do Parque de Ciência e Tecnologia – Brigantia Ecopark, mas sim na aquisição de unidades de participação do Fundo Social da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark;

3. O reforço, no montante de 400 000,00 euros, da dotação da rubrica Ativos Financeiros (Ações e Outras Participações em Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras – Públicas) para aquisição de unidades de participação do Fundo Social da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark.

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2013, teve um aumento de 161 000,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 40 104 800,00 euros. O PAM teve um decréscimo de 300 000,00 euros, passando a dotação global a ser de 2 106 100,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias e duas abstenções, dos Srs. Vereadores, Humberto Rocha e Geraldo da Assunção, aprovar a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para o ano de 2013, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, de acordo com a informação da Divisão de Administração Financeira.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de março de 2013.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – Anexo III

1.ª Revisão ao Orçamento

Receita, Despesa e Plano de Atividades Municipais

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, alguma intervenção inicial?.....

----- **Presidente da Mesa** - Se houver questões.

----- Senhores deputados, pedidos de esclarecimento?

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções sobre este ponto?.....

----- Não há intervenções sobre este ponto.

----- Passamos à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, VINTE ABSTENÇÕES E QUARENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declaração de voto?

----- Há uma declaração de voto. Enquanto o Deputado Luís Pires, do PS, vem para proceder à declaração de voto, eu queria pedir aos senhores deputados que depois desta declaração de voto, terminada que está a Assembleia, foi solicitado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos que pretendia ter uma conversa com os Senhores Presidentes de Junta, de modo que os restantes membros abandonam a sala, e os senhores Presidentes de Junta manter-se-iam na sala durante alguns instantes porque vão ser dirigidas umas palavras pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pires para a sua declaração de voto.....

----- **Luís Pires** - Bom , é muito simples e muito rápido, apenas dizer que tínhamos que ser coerentes com aquilo que foi a nossa posição ao longo do dia e dizer que esta aplicação de verbas que vão ser utilizadas em projetos com os quais nós não concordamos, uma linha de atuação distinta daquela que é a nossa e portanto como tal não podíamos votar a favor.

----- Aproveito também para terminar esta declaração de voto, só para, uma vez que não vou poder deslocar-me, desejar um bom Congresso do Partido Socialista aos meus camaradas, que começa hoje, e que corra tudo bem. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Srs. Deputados está terminada esta Sessão, os Srs. Presidentes de Junta, por favor, mantenham-se na sala para ouvir as palavras que foram solicitadas por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Aníbal de Jesus Raimundo Morais
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Teixeira Batista
António Nuno Neves Pires *
Armando José Pereira *
Bruno José Fernandes Miranda *
Cândido Vaz Alves
Carlos Abílio Moreno
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
Maria do Amparo Mendes Alves *
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves *
Maria Teresa
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

2 – Membros:

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Dinis Manuel Prata Costa
João Batista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Celina da Silva Paula *
Maria de Fátima Renovato Veloso
Sandra Marisa Rodrigues Valdemar
Vanda Marisa das Graças Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Armando José Morais
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Leonel dos Santos Fernandes *

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes

Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Pedro Miguel Castro Veiga
Castro Avelas	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijó de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Mós	Anselmo Aníbal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parad. Nova	Domingos António Seca
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela Lapaças	Victor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
São Julião	Elias Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

* - membros suplentes

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Carlos José Cadavez
Nuno Filipe Machado Reis

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Cristina Maria Rodrigues Afonso

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Faílde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
Milhão	Raquel Grande Tomé
Parada	Norberto dos Santos Costa
Parâmio	José Augusto Afonso
Santa Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Humberto Francisco da Rocha

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das treze horas e do que nela se passou se lavrou a presente ata que depois de achada conforme – vai ser aprovada na terceira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em __/__/2013 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente (Luís Manuel Madureira Afonso) _____

O Primeiro Secretário (Acúrcio Álvaro Pereira) _____

A Segunda Secretária (Maria Madalena Morais Morgado) _____

NOTA: Os anexos encontram-se na ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.